

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (IPOL)

JAYANE DOS SANTOS MAIA

**GEOGRAFIA ELEITORAL E MANUTENÇÃO DO PODER: A IMPORTÂNCIA
DAS BASES ELEITORAIS PARA A REELEIÇÃO DO EXECUTIVO
ESTADUAL**

Brasília
DEZEMBRO DE 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (IPOL)

JAYANE DOS SANTOS MAIA

**GEOGRAFIA ELEITORAL E MANUTENÇÃO DO PODER: A IMPORTÂNCIA
DAS BASES ELEITORAIS PARA A REELEIÇÃO DO EXECUTIVO
ESTADUAL**

**Monografia apresentada ao Instituto de Ciência
Política como pré-requisito para a obtenção do
título de bacharel em Ciência Política pela
Universidade de Brasília.**

Orientador: Prof. Carlos Mello Machado

Brasília

DEZEMBRO DE 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (IPOL)

JAYANE DOS SANTOS MAIA

**GEOGRAFIA ELEITORAL E MANUTENÇÃO DO PODER: A IMPORTÂNCIA
DAS BASES ELEITORAIS PARA A REELEIÇÃO DO EXECUTIVO
ESTADUAL**

**Monografia apresentada ao Instituto de Ciência
Política da Universidade de Brasília para a
obtenção do título de bacharel em Ciência
Política e apresentada à seguinte banca
examinadora:**

PROFESSOR CARLOS MELLO MACHADO

(Universidade de Brasília)

PROFESSOR ANDRÉ BORGES

(Universidade de Brasília)

Brasília

DEZEMBRO DE 2013

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter permitido que eu chegasse até aqui. Agradeço também a todas as pessoas que fizeram parte da minha caminhada até aqui. A todos aqueles que torceram por mim, que me ajudaram de alguma forma, que me incentivaram e que me apoiaram.

Agradeço especialmente aos meus pais, João e Teresinha, que sempre estiveram comigo e que, apesar dos altos e baixos, nunca me abandonaram. A eles dedico esse trabalho final de curso e a eles dedico a minha formatura. Eles foram fundamentais em cada passo que eu dei tanto na caminhada para a conclusão da graduação quanto em todos os momentos que passei durante toda a minha vida. Sem eles, não teria chegado onde cheguei. Agradeço também à minha irmã, Dayana, que apesar da pouca idade, incentivou-me e me ajudou com sua paciência e tolerância.

Embora todas as pessoas com as quais eu tive contato desde a minha entrada na escola tenham contribuído direta ou indiretamente para a minha chegada até aqui, desde professores, colegas de turma e amigos, em especial minhas amigas Adna Nágila e Aisha Negreiros, agradeço também às minhas amigas que conheci na graduação e que certamente levarei para toda a vida: Tayrine Santos, Dayane Nascimento, Rayla Costa, Camilla Oliveira, Carol Araújo, Vanessa Machado e Letícia Medeiros. Todas contribuíram para o meu sucesso e me ajudaram quando as coisas não andavam muito bem. Meu muito obrigada a todas. Agradeço também o auxílio do meu coordenador de estágio, Felix Lopez, que me ajudou emprestando seus livros e me dando conselhos que em muito contribuíram para o encontro do caminho certo e da pesquisa certa.

E claro, não poderia deixar de agradecer imensamente o meu orientador, prof. Carlos Machado, que foi uma peça fundamental em toda a minha graduação, principalmente na reta final. Além de professor e orientador, considero-o um amigo. Agradeço sua ajuda bem como seus conselhos quando eu estava perdida e desanimada com as dúvidas que a graduação proporciona e com a tensão de preparar os dados e de escrever a monografia. Muito obrigada! Por fim, agradeço ao prof. André Borges, que, gentilmente, revisou o presente trabalho, fazendo parte da banca examinadora.

RESUMO

No Brasil, país com uma democracia competitiva em todos os níveis de governo, a compreensão da dinâmica da reeleição em termos geográficos é um componente importante para o entendimento das estratégias políticas usadas pelos candidatos e do comportamento do eleitorado. Assim, o objetivo principal do estudo aqui realizado é verificar se há estabilidade geográfica da votação dos *distritos informais* quando ocorre a reeleição do grupo que está no poder e em qual cenário essa estabilidade é mais propensa, considerando quando é o candidato ou o partido que tentam se reeleger ou ainda quando o partido tenta se manter no poder, não encabeçando uma eleição, mas por meio da sua inserção em uma coligação partidária. Essas situações de reeleição serão analisadas a partir dos seguintes pares de eleições: 1998 e 2002, 2002 e 2006 e 2006 e 2010. O estudo se justifica por contribuir, mesmo que minimamente, com a literatura existente na análise dos determinantes para a reeleição do executivo estadual.

Palavras-chave: reeleição, geografia eleitoral, executivo estadual, candidato, partido, coligação partidária, distritos informais.

ABSTRACT

In Brazil, a country with a competitive democracy at all levels of government, understanding the dynamics of re-election in geographical terms is important for understanding the political strategies used by the candidates and the electorate's behavior component. Thus, the main objective of the study carried out here is to check for geographic stability of informal voting districts reelection when the group is in power and that stability which scenario is more likely, considering when the candidate or party that attempt occurs reelection or where the party is trying to remain in power, not heading an election, but through their inclusion in a party coalition. Those situations reelection will be analyze from the following pairs of elections: 1998 and 2002, 2002 and 2006 and 2006 and 2010. The study is warranted to contribute, even if minimally, with the existing literature on the analysis of the determinants for the reelection of the state executive.

Keywords: reelection, electoral geography, state executive, candidate, party, party coalition, informal districts.

SUMÁRIO

	Página
Introdução	1
Capítulo I: As bases eleitorais na reeleição de candidato, partido e “coligação”	3
1.1. As ligações e alianças eleitorais entre executivo estadual, municipal e federal	5
1.2. O papel do candidato, do partido e da coligação na arena eleitoral	9
1.3. O eleitor e a decisão do voto	11
1.4. Coligações partidárias, alianças políticas e comportamento eleitoral	14
Capítulo II: Espacialidade do voto	19
Capítulo III: Metodologia de pesquisa	23
Capítulo IV: Distribuição da votação para o cargo de governador nos municípios no caso de reeleição e não-reeleição	26
4.1. Resultados quantitativos para a reeleição do candidato	26
4.2. Resultados quantitativos para a reeleição do partido	27
4.3. Resultados quantitativos para a reeleição do partido inserido em uma coligação	28
4.4. A preponderância do candidato frente ao partido na maximização das chances à reeleição	29
4.5. Resultados quantitativos para a não-reeleição do candidato, do partido e do partido inserido em uma coligação	32
Capítulo V: Distribuição geográfica da diferença da votação entre eleições nas situações de reeleição do candidato, do partido e do partido inserido em coligação	34
5.1. Diferença da votação considerando a reeleição do candidato	35
▪ Alagoas (1998-2002)	35
▪ Goiás (1998-2002)	36
▪ Pernambuco (1998-2002)	37
▪ Pernambuco (2006-2010)	38
▪ Bahia (2006-2010)	38
▪ Ceará (2006-2010)	39
5.1.1. Conclusões gerais da distribuição geográfica no caso de reeleição do candidato	40
5.2. Diferença da votação considerando a reeleição do partido	41
▪ Bahia (1998-2002)	41
▪ Ceará (1998-2002)	42
▪ Maranhão (1998-2002)	42
▪ São Paulo (1998-2002)	43
▪ São Paulo (2006-2010)	44
▪ Minas Gerais (2006-2010)	45
5.2.1. Conclusões gerais da distribuição geográfica no caso de reeleição do partido	46
5.3. Diferença da votação considerando a reeleição do partido a partir da sua inserção em uma coligação partidária	47
▪ Amazonas (1998-2002)	47
▪ Piauí (2006-2010)	48

▪ Paraíba (2006-2010)	48
▪ Santa Catarina (2006-2010)	49
▪ Goiás (2002-2006)	50
▪ Espírito Santo (2006-2010)	51
5.3.1. Conclusões gerais da distribuição geográfica no caso de manutenção do partido no poder mediante sua entrada em uma coligação partidária	52
Considerações finais	53
Bibliografia	55

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1: Resultado da disputa partidária (1° e 2° lugares) para o cargo de governador nas eleições de 1998, 2002, 2006 e 2010 por estado **pg. 13**

Tabela 2: Resultado da disputa partidária (1°, 2° e 3° lugares) para o cargo de Presidente da República nas eleições de 1998, 2002, 2006 e 2010 **pg. 14**

Tabela 3: Estados selecionados para os cenários de reeleição de candidato, partido e coligação **pg. 24**

Tabela 4: Estados selecionados para os cenários de não reeleição de candidato, partido e coligação **pg. 24**

Tabela 5: Disposição percentual dos municípios em torno da variação da votação observada no cenário de reeleição de candidato nos estados selecionados **pg. 26**

Tabela 6: Disposição percentual dos municípios em torno da variação da votação observada no cenário de reeleição de partido nos estados selecionados **pg. 27**

Tabela 7: Distribuição percentual dos municípios em torno da variação da votação observada no cenário de reeleição de partido em uma coligação nos estados selecionados **pg. 28**

Tabela 8: Histórico das eleições entre 1998 e 2010 com cenários de reeleição e não-reeleição nos estados selecionados **pg. 31**

Tabela 9: Distribuição percentual dos municípios em torno da variação da votação observada no cenário de não-reeleição de candidato nos estados selecionados **pg. 33**

Tabela 10: Distribuição percentual dos municípios em torno da votação observada no cenário de não-reeleição de partido nos estados selecionados **pg. 33**

Tabela 11: Distribuição percentual dos municípios em torno da votação observada no cenário de não-reeleição de partido-coligação nos estados selecionados **pg. 33**

SUMÁRIO DE MAPAS

- Mapa 1: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – AL (1998-2002) **pg. 36**
- Mapa 2: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – GO (1998-2002) **pg. 37**
- Mapa 3: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – PE (1998-2002) **pg. 37**
- Mapa 4: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – PE (2006-2010) **pg. 38**
- Mapa 5: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – BA (2006-2010) **pg. 39**
- Mapa 6: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – CE (2006-2010) **pg. 40**
- Mapa 7: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – BA (1998-2002) **pg. 41**
- Mapa 8: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – CE (1998-2002) **pg. 42**
- Mapa 9: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – MA (1998-2002) **pg. 43**
- Mapa 10: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – SP (1998-2002) **pg. 44**
- Mapa 11: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – SP (2006-2010) **pg. 45**
- Mapa 12: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – MG (2006-2010) **pg. 46**
- Mapa 13: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – AM (1998-2002) **pg. 47**
- Mapa 14: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – PI (2006-2010) **pg. 48**
- Mapa 15: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – PB (2006-2010) **pg. 49**
- Mapa 16: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – SC (2006-2010) **pg. 50**
- Mapa 17: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – GO (2006-2010) **pg. 51**

Mapa 18: Diferença de votação para o cargo de governador, por município – ES (2006-2010) **pg. 52**

INTRODUÇÃO

A competição política é um aspecto que caracteriza a democracia representativa, sendo de grande valia para que os cidadãos escolham seus representantes. No cenário em que candidatos e partidos disputam as preferências dos eleitores, a ciência política ligada à geografia eleitoral procura desvendar o porquê de alguns deles receberem maior apoio político em determinados lugares do que em outros (SOARES & TERRON, 2008, p. 275). Entretanto, antes de procurar justificativas para a distribuição espacial dos votos para determinado candidato ou político, se faz necessário identificar qual é essa distribuição e qual é a sua dinâmica de uma eleição para outra.

A literatura sobre geografia do voto no Brasil ainda é escassa e requer ampliação, de modo que poucos estudos existentes sobre o tema se debruçam sobre a centralidade da dimensão geografia nas reeleições. À semelhança do que apontam Soares e Terron (2008), a análise dos padrões geográficos da votação recebida por um político nos níveis federal, estadual e municipal pode revelar explicações para a reeleição do mesmo ao cargo. Verificar se existe “coesão regional das bases geoeleitorais” (SOARES & TERRON, 2008, p. 270) de um candidato reeleito no período entre duas eleições é um passo importante para explicar a sua vitória nas urnas.

A comparação entre as eleições da distribuição espacial de votos recebida para o cargo de governador nos estados pode trazer evidências empíricas importantes para os estudos sobre reeleição no Brasil. A investigação da possibilidade de regularidades subjacentes à distribuição espacial de votos para os governadores eleitos pode ser um primeiro passo para a análise de quais sejam os determinantes do sucesso eleitoral em eleições consecutivas para o cargo.

A visualização cartográfica da distribuição espacial da votação recebida por um candidato ou partido é significativa na medida em que se podem identificar as regiões onde a votação foi expressiva para a vitória daquele que alcançou algum cargo público. Essas regiões comumente são chamadas de *bases eleitorais* e a identificação delas pode ser de grande relevância para aqueles que almejam se reeleger ou ter apoio político para a candidatura a outro cargo. A partir disso, é possível, posteriormente, realizar estudos mais profundos e levantar hipóteses sobre o que fez com que a votação dessas localidades permanecesse coesa (estável) de uma eleição para outra.

Nesse sentido, o objetivo principal do estudo aqui realizado é verificar se há estabilidade na distribuição dos votos para os governadores reeleitos entre os seguintes pares de eleições: 1998 e 2002, 2002 e 2006 e 2006 e 2010. Serão realizados estudos de caso em alguns dos estados brasileiros, considerando o cenário observado. Procura-se examinar se há regularidade na votação dos *distritos informais* na reeleição dos governadores e em qual cenário essa estabilidade é mais propensa de ocorrer, considerando quando é o candidato ou o partido que tentam se reeleger e ainda quando o partido tenta se manter no poder, não encabeçando uma eleição, mas se inserindo em uma coligação partidária.

O estudo se justifica por preencher, ainda que minimamente, a lacuna existente na análise dos determinantes para a reeleição do executivo estadual. As análises referentes à geografia do voto comumente analisam a interferência de fatores espaciais sobre o comportamento dos congressistas do poder legislativo (CARVALHO, 2003; NEVES, 2010) e marginalizam pesquisas que tenham como unidade de análise os governadores estaduais.

CAPÍTULO I

AS BASES ELEITORAIS NA REELEIÇÃO DE CANDIDATO, PARTIDO E “COLIGAÇÃO”

No Brasil, a escolha dos candidatos para o cargo de governo dos estados é feita pelo sistema de representação majoritária, ou seja, o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos (cinquenta por cento dos votos mais um) ganha a disputa eleitoral (art. 77, CF). Caso nenhum candidato obtenha a maioria absoluta dos votos no primeiro turno eleitoral, ocorre um segundo turno entre os dois candidatos mais votados. Essa segunda fase pode vir acompanhada do arranjo de um novo cenário de competição política, no qual há a reformulação das alianças político-eleitorais.

“As análises de eleições e de reeleições não são iguais. Na reeleição, o voto pode ter vinculação com o desempenho anterior do candidato; há elementos informativos e cognitivos disponíveis para uma avaliação baseada no desempenho” (SOARES, 2000 *apud* SOARES & TERRON, 2008, p. 274). A competição política no nível estadual faz com que os candidatos a governador busquem ampliar seu eleitorado, podendo utilizar diferentes estratégias de ação, admitindo-se, para isso, que o político possua dentro da disputa eleitoral um mínimo de planejamento da campanha voltado à maximização do apoio político (DOWNS, 1992, p. 33).

Frequentemente o candidato é citado como o ator principal no processo eleitoral brasileiro e isso faz com que a sua vitória seja muitas vezes associada ao que a literatura chama de *modelo distributivista* (CARVALHO, 2003), baseado nas negociações em torno da alocação de benefícios políticos, financeiros, materiais, etc. Nele, o candidato, visando a sua eleição ou permanência no poder, utiliza como estratégia a oferta de bens privados (destinados às clientelas) em detrimento da oferta de bens públicos (CARVALHO, 2003). Na literatura corrente essa forma de ação política é caracterizada como clientelista (ALMEIDA & LOPEZ, 2012), contribuindo para o surgimento de um “mercado de votos” (ROCHA & BARBOSA, 2008).

Uma suposição desse modelo é a de que a forte conexão entre representantes e interesses geograficamente concentrados resultante de alguns sistemas eleitorais criaria incentivos para que os representantes atuassem primordialmente no sentido da promoção dos interesses de seu reduto

eleitoral, guiando-se pelo paroquialismo, como forma de assegurar sua reeleição.

ROCHA E BARBOSA, 2008, p. 94.

No entanto, nem todos os partidos e candidatos possuem os recursos necessários para adotar uma estratégia puramente individualista, sendo que a “compra” de votos requer o acesso ao dinheiro e a outros recursos. Alguns políticos podem, então, assumir como alternativa de campanha a adoção de políticas programáticas e o apelo aos eleitores que ou não estão ligados ao sistema clientelista ou que o rejeitam (SAMUELS, 1997). O voto assumiria aqui valores universalistas, sendo o resultado da socialização e do pertencimento a determinados grupos, ao contrário do que ocorre nas relações clientelistas, em que o voto se aproxima da expressão de interesses materiais individuais (FERRAZ, 2009).

Na perspectiva da ciência política, em particular aquela apoiada nos modelos teóricos da escolha racional, o candidato que foi vitorioso possui interesse na reeleição, uma vez que visa as vantagens que o cargo pode lhe trazer como poder, prestígio e renda (DOWNS, 1992, p. 50). A possibilidade de reeleição para cargos do poder executivo no Brasil entrou em vigor em 1998, após a aprovação da emenda constitucional número 16, de 4 de julho de 1997. Ainda que não seja possível tentar a reeleição duas vezes consecutivas, a tática do político para se manter no poder pode, inicialmente, consistir em dar incentivos às suas bases eleitorais a fim de mantê-las estáveis e coesas, funcionando como reduto de votos para a próxima eleição, seja em seu próprio benefício ou em benefício de quem ele esteja apoiando.

Se, na frente dos eleitores, a eleição é para o político uma demonstração de força e de poder, ganhar significa também demonstrar força junto a seus pares, isto é, frente aos outros políticos da outra facção e da sua. Essa força demonstrada se reflete na possibilidade de fazer dobradinhas. Dependendo de com quem elas sejam realizadas, põem em evidência o peso relativo, isto é, o reconhecimento do candidato no interior da facção.

PALMEIRA & HEREDIA, 2010, p. 88.

Embora a ideia de base eleitoral não esgote um conceito definido, ela delimita uma unidade geográfica ou administrativa na qual o candidato obteve alguma votação e para a qual se espera que o político retorne e dirija sua atividade de

representante (BEZERRA, 1999, p. 103). No entanto, a quantidade de votos obtida em cada município é um critério que os distingue e os hierarquiza quanto à atenção que é dada pelo político (BEZERRA, 1999, p. 103). A literatura aponta que as regiões do estado onde o governante recebeu maior votação são visitadas com mais frequência e recebem maior quantidade de recursos (BEZERRA, 1999, p. 103), o que pode contribuir com a manutenção e ampliação desses redutos eleitorais em benefício do governante.

As chances de reeleição podem estar correlacionadas ao bom desempenho do governante e à expansão do gasto público e das transferências para aquelas localidades onde o mesmo obteve maior porcentagem de votos (MENDES & ROCHA, 2004). Portanto, aponta-se uma correlação positiva entre taxa de crescimento da despesa e as probabilidades de candidatura e reeleição. Segundo o modelo de *Political Business Cycle* (ROGOFF & SIBERT, 1988), a expansão das despesas faz parte da estratégia eleitoral dos políticos, sendo uma forma deles se distinguirem junto às suas bases eleitorais, em termos de reputação e poder (BEZERRA, 1999, p. 69).

Ao realizar transferências voluntárias para os municípios e regiões onde obteve votação significativa, o governador beneficia de modo particular suas bases eleitorais bem como assegura as relações com prefeitos e lideranças locais, maximizando suas chances de reeleição (BEZERRA, 1999, p. 77). A expectativa quanto à reeleição para o governo do estado aumenta na medida em que se diminui o distanciamento em relação ao eleitorado e à política municipal, já que é ali que se formam as bases eleitorais.

1.1. As ligações e alianças eleitorais entre executivo estadual, municipal e federal

Tendo em vista que o governador de um estado não estabelece uma relação de intensa proximidade com seus eleitores quando comparada às possibilidades de relação que tem prefeitos e vereadores na política municipal, por estarem no nível político local, os chefes do poder executivo estadual procuram outras formas de se fazerem reconhecidos e lembrados por seu eleitorado que não sejam em sua maioria a prestação de favores e a assistência direta a eles. Frequentemente a relação entre o governador do estado e suas bases eleitorais é intermediada pelo representante do executivo municipal, o prefeito, ou por outras instâncias de representatividade local.

Os vínculos com prefeitos, vereadores, líderes de igrejas, presidentes de associações e profissionais são canais pelos quais [o governador] cria e se faz presente em suas bases. Ademais, pode-se ver nessas relações o modo como o político constrói e mantém sua liderança.

BEZERRA, 1999, p. 103.

A aproximação dos governadores dos representantes das instâncias locais é um meio importante para o alcance do “eleitor de voto múltiplo”, tido como o “eleitor que, por sua inserção social, define seu próprio voto e o de pessoas a ele vinculadas por algum tipo de lealdade” (PALMEIRA & HEREDIA, 2010, p. 23). A adesão desse tipo de eleitor a um candidato ou partido é importante para a constituição de uma ampla base eleitoral, visto que esse eleitor está inserido em um contexto específico que o permite administrar conflitos capazes de justificar mudanças de lado (PALMEIRA & HEREDIA, 2010).

No entanto, no cenário de intensa competição eleitoral, a busca por novas fontes de apoio político ou votos de eleitores não se restringe aos “eleitores de voto múltiplo”, de modo que a procura de votos nas periferias do estado também se torna uma fonte potencial de eleitores. Isso porque os cidadãos ali inseridos são enquadrados em novos recortes sociais marcados por situações de frequente distanciamento do poder público, o que os torna mais suscetíveis a compromissos estritamente eleitorais. Dessa maneira, surge a “caça aos eleitores que não têm vínculos” (PALMEIRA & HEREDIA, 2010), o que não significa a caça ao eleitor indeciso, mas ao eleitor em potencial, “em disponibilidade”¹, que ainda não possuem compromissos e lealdades consolidados (PALMEIRA & HEREDIA, 2010).

Além da necessidade de corresponder às expectativas dos redutos eleitorais locais, os candidatos à reeleição para governador também podem contar com o apoio dos representantes que compõem o poder executivo e o legislativo nacional. Após a redemocratização, houve o fortalecimento dos governadores no sistema político e isso fez com que eles se tornassem uma peça valorizada na política nacional (ABRUCIO, 1994). Desse modo, o apoio político entre os candidatos a executivo estadual e

¹ A caça ao eleitor “em disponibilidade” de que fala Palmeira e Heredia (2010) pode ser relacionada com o apontamento de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1970) de que as campanhas eleitorais não formam novas opiniões, isto é, que elas não modificam a posição dos eleitores. Segundo eles, as campanhas eleitorais possuem os efeitos de ativação e reforço, promovendo o lembrete e a cristalização das opiniões já existentes.

executivo federal pode constituir uma aliança com grandes vantagens para ambos os lados.

Além do fato do apoio entre eles ser de grande relevância para inflar a campanha política e aumentar as chances de maximização dos votos dos dois lados, a aliança eleitoral com uma candidatura do plano nacional pode futuramente trazer benefícios para o âmbito estadual, caso as duas candidaturas vençam. As negociações entre governadores e governo federal envolvem a indicação de pessoas para a burocracia federal, o recebimento de recursos adicionais advindos das transferências voluntárias federais e facilidades na obtenção de empréstimos bem como na renegociação das dívidas dos estados com o governo federal (SOUZA, 1998).

Não é menos relevante a importância do apoio político estadual no âmbito nacional a fim de assegurar a capacidade governativa do governo federal. A força dos governadores desenvolveu padrões de relações intergovernamentais que evidenciam a importância das estruturas e dos processos extraparlamentares e extraconstitucionais. Conforme aponta Souza (1998), a influência dos governadores alcança até mesmo as bancadas dos seus respectivos estados no Congresso Nacional e não raro se sobrepõe à autoridade exercida pelos partidos políticos sobre os parlamentares. Essa influência, muitas vezes, está relacionada à troca de apoio político dos parlamentares por nomeações e recursos que estão nas mãos do executivo estadual, o que evidencia uma troca de favores informal que ocupa um lugar não visível na estrutura da administração pública (BEZERRA, 1999).

Argumenta-se que a experiência brasileira de descentralização tributária e política tem favorecido a consolidação da democracia e tornado o Brasil um país mais “federal” pela emergência de novos atores no cenário político e pela existência de vários centros de poder soberanos que competem entre si. Governadores dos estados economicamente mais fortes e prefeitos das capitais transformaram-se em um dos principais centros de poder, forçando o governo federal a negociar políticas públicas nacionais com as esferas subnacionais.

SOUZA, Celina, 1998.

A rede de relações existente entre executivo estadual e parlamentares é consolidada na medida em que esses últimos fazem parte da base do governo do estado. As demandas dos deputados e senadores governistas, que apoiam o governo em suas

iniciativas, têm prioridade de atendimento quando comparadas às demandas daqueles que não fazem parte do governo (BEZERRA, 1999). Sabendo que os recursos, financeiros ou não, possuídos pelo poder executivo, seja qual for o nível governamental, são limitados, um “critério lógico” de distribuição é destinar a maior parte dos benefícios para aqueles que fazem parte do partido ou são seus correligionários (BEZERRA, 1999). Disso advém a importância da formação da coalizão governista após o período eleitoral, de modo que pode ser a oportunidade de um partido ficar mais próximo do governo e ter maiores chances de receber uma fatia do bolo.

Ao mesmo tempo que as lideranças políticas municipais dependem dos recursos e dos favores do governo estadual para consolidar sua liderança no município, a “situação estadual” depende do apoio das mesmas para viabilizar a eleição dos seus candidatos (BEZERRA, 1999). “A mesma lógica se aplica às candidaturas federais que teriam suas reeleições ou promoções políticas asseguradas, desde que contassem com o apoio da ‘situação estadual’” (BEZERRA, 1999, 184).

Infere-se, então, que há uma dependência recíproca entre governo estadual e governo federal quanto ao sucesso de ambos na conquista da reeleição. As estratégias de manutenção do poder estadual podem ser mais bem-sucedidas caso haja uma coincidência entre os partidos ou as coalizões de ambos os governos (BORGES, FERNANDES & FILHO, 2010). Sendo assim, “os grupos dominantes na esfera estadual têm forte incentivo para buscar o apoio do governo federal e assim garantir a ocupação das arenas decisórias relevantes, evitando que a oposição local obtenha o apoio de atores e organizações nacionais nas disputas eleitorais estaduais” (BORGES, FERNANDES & FILHO, 2010, p. 14).

Tendo em vista as prerrogativas dos governadores bem como a importância dos mesmos na política nacional, tem-se que a reeleição do candidato e/ou a permanência do partido no poder se torna central para a ocupação de uma posição de destaque no sistema político, principalmente quando se fala no governo de um estado que é nacionalmente relevante. Ser governo significa estar em uma posição onde se tem melhores condições para distribuir os recursos (materiais e imateriais) de que dispõe o poder público (BEZERRA, 1999). “O poderio que os governadores possuem no âmbito interno dos estados os fortalece no terreno da política nacional” (ABRUCIO, 1994, p. 174) e esse poder dos chefes do executivo estadual se deve a diversos fatores que convergem para tal.

Mesmo sabendo que “ao buscar o apoio do eleitorado por meio de políticas de gasto social, os governos estaduais competem com políticas similares ofertadas pelo governo federal” (MIGUÉ, 1997 apud BORGES, FERNANDES & FILHO, 2010, p. 10), os governadores comumente obtêm maior eficácia política na distribuição dos recursos para os municípios frente ao governo federal, pois têm individualmente melhores condições de controlar a destinação dos recursos, ao passo que a União, tendo mais de cinco mil municípios sob sua jurisdição, fica impossibilitada de atender satisfatoriamente boa parte deles e zelar pela boa aplicação dos recursos em cada um (ABRUCIO, 1994, p. 175).

Contribui ainda para a importância dos governadores no contexto nacional o fato deles possuírem “grande margem de manobra para definir a distribuição dos cargos dentro da administração pública, numa situação mais confortável que a enfrentada pelo Governo Federal” (ABRUCIO, 1994, p. 176). Não se pode esquecer que é no plano estadual que é realizada a *socialização política* da maioria dos políticos brasileiros (ABRUCIO, 1994, p. 181) e que, por isso, a permanência e a influência nas redes políticas estaduais no que se refere à alocação administrativa são de grande importância para a manutenção das bases eleitorais.

No entanto, mesmo que a descentralização política tenha contribuído para o reforço da característica federalista do Brasil, não são todos os estados que detêm as vantagens e o poder explicitados anteriormente. Na verdade, os estados ditos mais ricos desfrutam de maior capacidade de influenciar decisões relevantes nacionalmente e, por isso, alguns governadores têm maior peso no cenário político.

Não obstante, é possível dizer que, embora em graus diferentes, os estados, representados pelos governadores, com o decorrer do tempo adquiriram maior poder de barganha com o governo federal, servindo-se de diferentes estratégias para isso (SOUZA, 1998). “Em um ambiente democrático onde os partidos políticos são fracos [na arena eleitoral], as lideranças regionais representadas pelos governadores passaram a ser uma das principais fontes de sustentação do governo federal” (SOUZA, 1998).

1.2. O papel do candidato, do partido e da coligação na arena eleitoral

O sistema eleitoral brasileiro é conhecido por estimular o personalismo, em que atribui-se grande importância à figura do candidato, que, uma vez eleito, pode ter maior sucesso caso venha a concorrer à reeleição. Quer-se dizer que os eleitores, muitas

vezes, desvinculam o nome do candidato de sua filiação partidária ou de seus aliados políticos e, por isso, caso esse político encabece uma tentativa à reeleição, tem maiores chances de vitória consecutiva em comparação à tentativa de reeleição de apenas partidos ou coligações não encabeçadas pelo partido que estava no poder.

Samuels (1997) denomina os sistemas eleitorais que contribuem para uma política eleitoral individualista de “centrados do candidato” (SAMUELS, 1997). Os políticos ao fazerem uma campanha eleitoral focada em sua autoimagem tentam se diferenciar dos demais concorrentes. E, embora essa estratégia seja mais utilizada por candidatos à Câmara Baixa e à Câmara Alta que competem com “companheiros” de partido, candidatos que pretendem os cargos ao Poder Executivo seja federal, estadual ou municipal também a usam. Sabendo da fragilidade dos partidos políticos na arena eleitoral (KINZO, 2005), os eleitores ao votarem tendo em vista o candidato em particular, normalmente, entendem isso como uma forma de manifestar apoio pessoal (Samuels, 1997).

Entretanto, isso não significa que partidos políticos não possam desempenhar um papel importante na esfera eleitoral. Não obstante os *sistemas eleitorais centrados no candidato*, os partidos políticos são responsáveis por estruturar e organizar a competição eleitoral. Na ausência de um candidato com expressão eleitoral significativa, o partido político tem a possibilidade de se colocar em primeiro plano e tomar pra si a tarefa de conquistar votos apelando, por exemplo, para a identificação ideológica dos eleitores ou, e principalmente, para a avaliação retrospectiva do que foi feito em seu governo.

Sabendo que as regiões e os municípios com os quais o político mantém relações mais intensas são aqueles que formam bases eleitorais onde se obteve votações mais expressivas (BEZERRA, 1999, p. 103), a reeleição do candidato funcionaria como uma forma de premiação ou punição pelo desempenho dele no primeiro mandato – ou do partido político, de modo que elegendo outro candidato do mesmo partido se tem a garantia de *continuidade* (FAREJOHN, 1986). Assim, o modelo de *accountability* envolveria um elemento retrospectivo de avaliação dos que estão no poder (NICOLAU, 2006, p. 710).

[Na eleição seguinte] a recompensa acontece quando o eleitor avalia o representante de maneira positiva e vota por sua reeleição (ou de seu partido). A punição ocorre quando o eleitor escolhe outro candidato (ou partido) ou

prefere não expressar preferência por nenhum candidato (não comparecimento ou anulação do voto).

NICOLAU, 2006.

Porém, a literatura brasileira não é muito otimista com relação à efetividade do papel que os partidos políticos desempenham nas eleições. Coloca-se em xeque a capacidade que os mesmos têm de orientar a decisão do voto dos cidadãos, alegando-se que eles não possuem visibilidade suficiente no contexto eleitoral que possa criar identidades que estimulem lealdades partidárias fortes capazes de justificar o voto partidário (KINZO, 2005).

Dados empíricos reforçam o que a literatura aponta. O Brasil tem uma das maiores taxas de volatilidade eleitoral do mundo, ou seja, a distribuição do apoio eleitoral entre os partidos difere muito entre uma eleição e a posterior (NICOLAU, 1998; KINZO, 2005). Isso evidencia que “os partidos não conseguiram se enraizar junto ao eleitorado, a fim de assegurar um nível razoável de apoio popular” (KINZO, 2005, 67). Os eleitores analisam e escolhem, então, considerando prioritariamente as candidaturas individuais, que se tornam o centro das eleições. A cor partidária, de início, parece estar para o eleitor em segundo plano.

1.3. O eleitor e a decisão do voto

A disputa eleitoral é caracterizada por ser um contexto de incerteza, tanto da parte dos políticos e partidos que apostam na estratégia que acreditam ser a melhor a fim de angariar votos, quanto da parte dos votantes, os quais escolhem a opção política que acreditam que irá maximizar suas metas específicas (DOWNS, 1992). O contexto político fica ainda mais nebuloso para o eleitor na medida em que ele tem de escolher entre várias opções políticas, como ocorre em um sistema multipartidário como o brasileiro. Soma-se a isso o fato de que “há uma conexão fraca entre eleitores e partidos políticos no Brasil, dificultando a formação de imagens políticas que permitam a distinção clara quanto às diversas agremiações partidárias” (MACHADO & MIGUEL, 2011, p. 38).

Essa incerteza quanto à escolha do candidato e do partido pode ser reduzida com a informação. Todavia, os custos existentes para se ter acesso à ela bem como as imperfeições quanto às suas fontes e ao seu repasse tornam difícil um cenário pleno de informação a todos. Isso favorece o uso pelos eleitores dos *atalhos informacionais*

(DOWNS, 1992) como as ideologias partidárias e a avaliação retrospectiva dos governos passados. Nesse ponto, a cor partidária pode ser tão relevante quanto a candidatura individual.

Ao observar que um partido se comporta em conformidade com seus interesses, o eleitor pode no período eleitoral usar essa informação prévia para decidir seu voto, economizando recursos (tempo, dinheiro, etc.) para adquirir informação e tomar sua decisão (CARREIRÃO & KINZO, 2004). Nesse sentido a identificação partidária se torna um referencial a fim de se diminuir a captação e o processamento da informação política necessária para o voto.

Além da identificação partidária, o cidadão pode votar considerando a avaliação que tenha feito dos candidatos e partidos postos na arena eleitoral tendo em vista a sua experiência acumulada ao longo da vida (FIORINA, 1981). “Nesse sentido, os cidadãos, segundo [Fiorina (1981)], monitoram as promessas e desempenhos partidários ao longo do tempo, encapsulando essas observações em um julgamento sumário (...)” (CARREIRÃO & KINZO, 2004, p. 133).

No entanto, “se é certo que a democracia implica incerteza política, é certo também que sua consolidação implica a emergência de um padrão de disputa mais ou menos estável” (KINZO, 2005, 66). Essa relativa estabilidade da qual fala Kinzo (2005) se mostra na disputa pelos cargos do executivo por meio de um padrão de competição partidária, em que pese a visibilidade da competição entre candidatos. Mesmo que os partidos não tenham um vínculo de lealdade partidária com os eleitores, a disputa pelos governos dos estados normalmente tem, em cada contexto específico, os mesmos partidos ou alianças partidárias concorrendo como os mais relevantes. Da mesma forma, a disputa pela presidência abarca os mesmos partidos como os mais visíveis e que tem maiores chances de conseguirem a vitória.

A tabela 1 contém os partidos que foram eleitos e os que ficaram em segundo lugar, respectivamente, para o cargo de governador em todos os vinte e seis estados e no Distrito Federal, considerando as quatro últimas eleições. Os dados mostram que em onze estados o mesmo partido se repete em todas as eleições (em negrito), seja em primeiro ou segundo lugares. Também em onze estados o mesmo partido se repete em três eleições (em azul), seja em primeiro ou segundo lugares. Com efeito, a não repetição de partidos entre as eleições pode ser decorrência da aliança em coligações, no entanto, essa é uma questão relativa à predominância partidária no contexto eleitoral a ser considerada em estudos posteriores.

Tabela 1. Resultado da disputa partidária (1° e 2° lugares) para o cargo de governador nas eleições de 1998, 2002, 2006 e 2010 por estado

Eleições	1998	2002	2006	2010	Lugar
Acre	PT (1)	PT (1)	PT(1)	PT (1)	1°
	PFL	PMDB	PPS	PSDB	2°
Alagoas	PSB (1)	PSB (1)	PSDB (1)	PSDB (2)	1°
	PTB	PRTB	PTB	PDT	2°
Amapá	PSB (2)	PDT (2)	PDT (1)	PSB (2)	1°
	PDT	PT	PSB	PTB	2°
Amazonas	PFL (1)	PPS (1)	PMDB (1)	PMN (1)	1°
	PSL	PMDB	PFL	PR	2°
Bahia	PFL (1)	PFL (1)	PT (1)	PT (1)	1°
	PT	PT	PFL	DEM/PFL	2°
Ceará	PSDB (1)	PSDB (2)	PSB (1)	PSB (1)	1°
	PMDB	PT	PSDB	PSDB	2°
DF	PMDB (2)	PMDB (2)	PFL (1)	PT (2)	1°
	PT	PT	PSDB	PSC	2°
Espírito Santo	PSDB (1)	PSB (1)	PMDB (1)	PSB (1)	1°
	PDT	PTB	PDT	PSDB	2°
Goiás	PSDB (2)	PSDB (1)	PP (2)	PSDB (2)	1°
	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	2°
Maranhão	PFL (1)	PFL (1)	PDT (2)	PMDB (1)	1°
	PPB	PDT	PFL	PCdoB	2°
Mato Grosso	PSDB (1)	PPS (1)	PPS (1)	PMDB (1)	1°
	PFL	PSDB	PSDB	PSB	2°
Mato Grosso do Sul	PT (2)	PT (2)	PMDB (1)	PMDB (1)	1°
	PSDB	PSDB	PT	PT	2°
Minas Gerais	PMDB (2)	PSDB (1)	PSDB (1)	PSDB (1)	1°
	PSDB	PT	PT	PMDB	2°
Pará	PSDB (2)	PSDB (2)	PT (2)	PSDB (2)	1°
	PMDB	PT	PSDB	PT	2°
Paraíba	PMDB (1)	PSDB (2)	PSDB (2)	PSB (2)	1°
	PSB	PMDB	PMDB	PMDB	2°
Paraná	PFL (1)	PMDB (2)	PMDB (2)	PSDB (1)	1°
	PMDB	PDT	PDT	PDT	2°
Pernambuco	PMDB (1)	PMDB (1)	PSB (2)	PSB (1)	1°
	PSB	PT	PFL	PMDB	2°
Piauí	PFL (2)	PT (1)	PT (1)	PSB (2)	1°
	PMDB	PFL	PMDB	PSDB	2°
Rio de Janeiro	PDT (2)	PSB (1)	PMDB (2)	PMDB (1)	1°
	PFL	PT	PPS	PV	2°
Rio Grande do Norte	PMDB (1)	PSB (2)	PSB (2)	DEM/PFL (1)	1°
	PFL	PPB	PMDB	PSB	2°
Rio Grande do Sul	PT (2)	PMDB (2)	PSDB (2)	PT (1)	1°
	PMDB	PT	PT	PMDB	2°

Rondônia	PFL (2)	PSDB (2)	PPS (1)	PMDB (2)	1°
	PMDB	PFL	PT	PPS	2°
Roraima	PPB (2)	PSL (2)	PSDB (1)	PSDB (2)	1°
	PSDB	PTB	PMDB	PPS	2°
Santa Catarina	PPB (1)	PMDB (2)	PMDB (2)	DEM/PFL (1)	1°
	PMDB	PPB	PP	PP	2°
São Paulo	PSDB (2)	PSDB (2)	PSDB (1)	PSDB (1)	1°
	PPB	PT	PT	PT	2°
Sergipe	PSDB (2)	PFL (2)	PT (1)	PT (1)	1°
	PFL	PT	PFL	DEM/PFL	2°
Tocantins	PFL (1)	PFL (1)	PMDB (1)	PSDB (1)	1°
	PMDB	PMDB	PSDB	PMDB	2°

Elaboração da autora a partir dos dados do TSE <www.tse.jus.br>

Observando a tabela 2, referente ao partido do candidato vitorioso para o cargo de Presidente da República bem como o partido daqueles que ficaram em segundo e terceiro lugares, tem-se que nas quatro últimas eleições PSDB e PT dominam a disputa.

Tabela 2. Resultado da disputa partidária (1°, 2° e 3° lugares) para o cargo de Presidente da República nas eleições de 1998, 2002, 2006 e 2010

Eleições	1998	2002	2006	2010	Lugar
Presidente	PSDB	PT	PT	PT	1°
	PT	PSDB	PSDB	PSDB	2°
	PPS	PSB	PSOL	PV	3°

Elaboração da autora a partir dos dados do TSE <www.tse.jus.br>

1.4. Coligações partidárias, alianças políticas e comportamento eleitoral

Embora candidatos e partidos políticos ocupem posições importantes, mas com pesos diferentes, no âmbito eleitoral, a tentativa da permanência no poder de um partido que não encabeça uma eleição, mas se insere em uma coligação, em uma situação hipotética, não parece ter um contexto favorável, tendo em vista a não identificação instantânea do partido ou do candidato, o que dá a impressão da formação de um contexto novo de competição política. Pouca informação é passada ao eleitor sobre as coligações e, por isso, o mesmo não dispõe de uma referência relativa à coligação governista que justifique o seu voto nela. Logicamente, a permanência de um partido no poder por meio da coligação da qual faz parte pode ocorrer, mas ela não poderá ser atribuída, em um primeiro momento, ao partido ou ao candidato que venceu na eleição anterior.

Os estímulos para que um partido monte uma coligação a fim de concorrer a uma eleição podem ser vários e a literatura brasileira sobre coligações comumente apresenta dois como os mais relevantes. De um lado, a inserção do partido em uma coligação pode estar ligada a um interesse partidário individual, em que o partido vê a formação de uma aliança partidária como uma estratégia política racional que trará benefícios no contexto eleitoral. De outro, a construção de coligações pode apontar para a manutenção de clãs políticos, “sinalizando aos demais membros do campo político afinidades com determinados grupos e afastamento de outros (MACHADO & MIGUEL, 2008, p. 42).

Nos moldes apresentados pela teoria da escolha racional, a decisão de um partido lançar um candidato em conjunto com uma coligação significaria uma oportunidade de maximizar as chances de eleição, de forma que haveria a ampliação do número de eleitores e conseqüentemente do número de votos, tendo em vista que vários partidos estariam unidos em prol da vitória de uma candidatura. A entrada ou não em uma coligação é uma decisão estratégica baseada em um cálculo de custos e benefícios eleitorais que envolve a consideração de fatores como o tamanho dos distritos eleitorais, o tamanho dos partidos, o tempo que o partido tem no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, entre outros (NICOLAU, 1996 *apud* CARREIRÃO & NASCIMENTO, 2010).

A entrada em uma coligação, desse ponto de vista, seria uma estratégia pragmática adotada pelo partido visando maximizar suas possibilidades de êxito eleitoral. Ou seja, é uma decisão direcionada pelo aspecto prático e útil de se aliar com outros partidos políticos no contexto eleitoral. Eleições para cargos do poder executivo, onde se compete por apenas uma vaga, trazem incentivos para a coordenação de apoio entre os partidos, reduzindo, portanto, o número de competidores (COX, 1998). No entanto, se o partido é forte o suficiente para garantir a vitória isoladamente, ele não tem incentivo para se coligar.

Esse incentivo surge quando o partido de maior porte concorre no âmbito eleitoral com outro partido detentor de potencial para barganhar o apoio dos demais, maximizando a quantidade de votos. Nesse caso, cooptar o apoio de um partido político de menor porte significa não apenas o apoio em forma de votos, mas também assegurar que esses votos não passem para o concorrente (LAVAREDA, 1992). A candidatura isolada de um partido político, isto é, sem coligação, a depender do contexto, pressupõe

riscos maiores de não eleição, de modo que partidos considerados “pequenos” provavelmente não terão sucesso ao adotar essa estratégia.

A competição eleitoral, principalmente em um sistema multipartidário, requer a existência de apoio político entre os atores para que eles se auxiliem mutuamente e aumentem suas chances de chegar ao poder. Conforme aponta estudo de Carreirão e Nascimento (2010) que analisa a dinâmica das coligações entre as eleições de 1986 a 2006, “a taxa de sucesso eleitoral de candidaturas lançadas por coligações [é no conjunto do período] quase cinco vezes maior do que a taxa de sucesso eleitoral de candidaturas isoladas” (CARREIRÃO & NASCIMENTO, 2010, p. 97). Muitas vezes, troca-se apoio (entende-se votos) por espaço nas alianças pós-eleitorais e participação no governo. Vê-se, portanto, a importância da “construção de uniões efêmeras [entre partidos] decorrentes apenas de um momento eleitoral específico” (MACHADO & MIGUEL, 2011, p. 37).

Como a legislação eleitoral brasileira não adota muitas limitações com relação à formação de coligações, é de se esperar que as negociações para a formação das mesmas direcionem para alianças pragmaticamente orientadas, marginalizando nesse contexto as divergências ideológicas que seriam uma das causas da pluralidade partidária no Brasil (MACHADO & MIGUEL, 2011, p. 38). Ao se considerar a ideologia partidária como um *atalho informacional* que contribui para a tomada de decisão do eleitor (DOWNS, 1992), a formação de coligações seguiria na direção contrária, promovendo a opacidade dos atores na concorrência eleitoral e reduzindo as diferenças entre os partidos (MACHADO & MIGUEL, 2011), o que ocorre em detrimento da inteligibilidade da competição partidária pelo eleitorado (KINZO, 2005).

Os eleitores apresentam dificuldade de identificar os partidos como atores políticos distintos, isto é, como entidades que estruturam a escolha eleitoral e criam identidades. Em outras palavras, em uma situação de intensa fragmentação e falta de nitidez do sistema partidário em decorrência da prática de alianças eleitorais – para não mencionar a prática de governo de coalizão –, é difícil para o eleitor mediano fixar a imagem dos partidos, distinguir seus líderes e propostas e, assim, estabelecer uma lealdade partidária.

KINZO, 2005, p. 76/77.

No entanto, seria errôneo considerar que a formação de coligações partidárias tem como único objetivo a ampliação do apoio eleitoral ao mesmo tempo em que prejudica a legibilidade da concorrência política pelo eleitorado (MACHADO & MIGUEL, 2011). Embora o fim da organização partidária seja alcançar o poder e, em um cenário democrático, o eleitorado esteja diretamente vinculado a essa meta, a aliança entre partidos pode, entre outras coisas, colaborar para a consolidação da força política de um grupo partidário em um ambiente onde, inicialmente, ele não tem entrada (COX, 1998 *apud* MACHADO & MIGUEL, 2011).

Somando-se à maximização do apoio eleitoral, a coligação pode sinalizar o interesse dos partidos de evidenciar dentro da esfera política as afinidades bem como o afastamento entre eles, posicionando-os, por exemplo, quanto “à intenção de, no momento pós-eleitoral ou mesmo durante o segundo turno, se aproximar de grupos políticos que tenham acesso a recursos valorizados, a começar pela máquina estatal” (MACHADO & MIGUEL, 2011, p. 42). Com efeito, para além da externalização do objetivo de maximizar a quantidade de votos, a aliança entre partidos no período eleitoral pode significar o intuito dos mesmos de clarear a disputa política internamente, estabelecendo padrões, ainda que informais, de uniões. Em geral, as coligações servem mais como uma referência para os próprios políticos e menos como uma orientação aos eleitores.

Nesse sentido é relevante considerar que a orientação das coligações pode não ter como alvo a orientação do eleitorado, seguindo a perspectiva ideológica, mas também serve para permitir a aproximação de grupos que controlam determinados centros do poder, tal como a Presidência da República ou o governo de um estado federado.

MACHADO E MIGUEL, 2011, p. 42.

A aproximação de partidos políticos para a formação de coligações, a partir dessa perspectiva, transcende a negociação limitada ao período eleitoral e evidencia uma estratégia partidária com uma temporalidade maior, que sinaliza para a manutenção de clãs político-partidários. Essa estabilidade temporal da coligação ao longo de vários períodos eleitorais pode estar ligada a diversos fatores. Entre eles está a coerência ideológica, existente quando a aproximação dos partidos se dá pela sua semelhança de posicionamentos ideológicos (MACHADO & MIGUEL, 2011). Com a manutenção temporal da coligação se torna mais fácil a aderência de símbolos políticos

coligacionistas pelo eleitorado, sendo possível a diferenciação entre as alternativas de voto (MACHADO & MIGUEL, 2011).

Nesse sentido, o fortalecimento ideológico da coligação somado à sua continuidade temporal pode acarretar na sua visibilidade perante a comum fluidez dos atores na competição eleitoral. À semelhança do que ocorre com os partidos, o desenvolvimento de uma identificação por parte dos eleitores ocorre quando se é visível a eles e para isso é essencial que as coligações *duráveis* (MACHADO & MIGUEL, 2011) sejam bem organizadas e tenham uma estratégia clara a fim de construir um perfil diferenciado (KINZO, 2005).

Em contraste com essa teoria otimista sobre a possibilidade de sucesso eleitoral de coligações compostas por partidos com posições ideológicas comuns, tem-se o já mencionado estudo de Carreirão e Nascimento (2010), a partir do qual extrai-se que “lançar candidaturas isoladas ou através de coligações apenas com partidos do mesmo campo ideológico leva a taxas de sucesso eleitoral significativamente menores do que através de coligações que envolvem partidos de diferentes campos ideológicos” (CARREIRÃO & NASCIMENTO, 2010, p. 97). Desse modo, os autores expõem que a observação pelos líderes partidários do comportamento do eleitor de geralmente não “punir” alianças partidárias inconsistentes ideologicamente, leva à criação das mesmas, contribuindo para o aumento de coligações com essas características no período analisado (CARREIRÃO & NASCIMENTO, 2010).

A crescente formação de coligações independentes do sentido ideológico dos partidos que as compõem corrobora com a ideia de coligação como um recurso estratégico utilizado pelo partido que deseja se manter próximo do poder, o qual não pode concorrer diretamente seja pela impossibilidade de tentar duas reeleições consecutivas seja por não possuir um candidato forte no cenário eleitoral.

CAPÍTULO II

ESPACIALIDADE DO VOTO

Conforme aponta Bezerra (1999), a identificação das bases eleitorais de um candidato é relevante na medida em que para elas se direciona a maior parte da sua atividade enquanto político. A importância atribuída às bases, no caso do poder executivo estadual vem do fato de que a sua manutenção significa maiores possibilidades de conquistar uma reeleição. A verificação da concentração ou da dispersão geográfica da votação no estado para o candidato eleito é importante para identificar as localidades onde ele possui ou não força política. Entretanto, as vantagens de pesquisas acerca da geografia do voto não se esgotam nos benefícios que podem trazer aos políticos.

A geografia eleitoral pode revelar ao pesquisador a constituição de territórios eleitorais e conexões entre atores políticos e suas bases eleitorais; ao político pode fornecer informações relevantes para as estratégias de campanha; e para o cidadão pode se converter num instrumento de fiscalização dos representantes do “seu território”.

TERRON, 2012, p. 17.

Uma vez estando no poder, o governador pode direcionar suas ações para políticas que tragam resultados imediatos e futuros na arena eleitoral, recompensando e mantendo, por exemplo, seus redutos eleitorais por meio de transferências financeiras volumosas para aquelas regiões, auxiliando no desenvolvimento daquelas localidades bem como conquistando o apoio do líder executivo no município. “O trabalho do [político], assim, tem como objetivo a retribuição à votação recebida por suas bases, e/ou, ainda, o foco de tentativa de reeleição” (NEVES, 2010, p. 10).

As regiões e os municípios com os quais os [políticos] mantêm relações mais intensas são aqueles nos quais obtêm suas votações mais expressivas. Se a ideia de *base eleitoral* engloba a totalidade dos municípios nos quais se obteve alguma votação, constata-se, contudo, que certas áreas são privilegiadas pelos [políticos]. (...) O atendimento [dos] *pleitos* é um elemento significativo na relação dos parlamentares com suas *bases* na medida em que contribui para a criação e consolidação de uma rede política [do político] na localidade.

No Brasil, os poucos estudos que existem no âmbito da geografia eleitoral comumente visam compreender a dinâmica geográfica da votação para a presidência da república (SOARES, 2006; SOARES & TERRON, 2008). A dificuldade metodológica aumenta na medida em que se diminui o nível de governo que se quer analisar. No entanto, a análise dos padrões geográficos da votação municipal para o cargo de governador nos estados é essencial para compreender a dinâmica política de um país federal como o Brasil, onde a política subnacional não se restringe aos trâmites da política nacional, de modo que cada unidade da federação possui suas peculiaridades quanto ao contexto eleitoral.

O “viés nacional” desses estudos [sobre democratização] é uma lacuna bastante séria, pois a natureza e o funcionamento das instituições políticas tende a variar tanto “horizontalmente”, entre distintas arenas de política pública e regiões geográficas, quanto “verticalmente”, entre níveis de governo.

FOX, 1994; HELLER, 2000; O'DONNELL, 1993 *apud* BORGES, FERNANDES & FILHO, 2007, p. 3.

Em que pese o voto ser um ato individual, para o entendimento da concentração da votação em determinado lugar é necessário abordar a teoria do contextualismo geográfico, segundo a qual o comportamento dos eleitores é influenciado pelo ambiente sócio geográfico, seja pelas redes de interação social existentes ou pela semelhança de experiências às quais os habitantes de uma região estão submetidos (SOARES & TERRON, 2008, p. 275). Segundo essa linha de pensamento, a política não pode ser compreendida desconsiderando-se o contexto no qual ocorre e as condições em que se encontram os indivíduos (LAZARSELD, BERELSON & GAUDET, 1970; SOARES & TERRON, 2008). Em oposição à essa perspectiva está a teoria da escolha racional, que tem o indivíduo como ator racional que procura maximizar seus benefícios agindo de acordo com seu interesse individual.

Não se pode negar que o indivíduo vive em constante interação com os demais e que a noção de pertencimento social se faz presente nele à medida em que ele está imerso na vida em sociedade. As pessoas que vivem em um mesmo ambiente são expostas às mesmas situações e por isso compartilham experiências, as quais certamente terão impactos parecidos nelas. Mesmo que os indivíduos não estabeleçam relações

sociais de proximidade, a vivência no mesmo ambiente geográfico os aproxima em certo sentido e isso colabora para que eles compartilhem características, sejam sociais, econômicas ou culturais. E, conforme apontam Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1970), eleitores que possuem as mesmas características tendem a votar no mesmo sentido, pois são condicionados pelos mesmos estímulos para tal.

Nesse sentido, entende-se que os indivíduos são mais afetados por questões próximas à sua realidade do que por questões gerais como a ideologia (CONVERSE, 1964), sendo que pessoas com realidades semelhantes, o que é mais comum quando vivem próximas geograficamente, estão predispostas, no cenário eleitoral, a votar também de modo semelhante. Em suma, atenta-se para o fato de que a existência de referências comuns entre os indivíduos pode interferir na ação política dos mesmos, direcionando-a em um mesmo sentido. Esse compartilhamento de referências pode advir tanto da interação social entre os indivíduos quanto do pertencimento a determinado contexto geográfico.

Essa questão distingue cientistas políticos e sociais de geógrafos políticos: uns mais propensos a aceitar que o contexto influencia o comportamento eleitoral através das redes de interação social, quer entre amigos e vizinhos ou entre ambientes homogêneos ou heterogêneos; e outros que procuram mostrar que o contexto geográfico é mais relevante do que a interação social. Entretanto, a geografia de qualquer eleição é uma combinação de ambos os efeitos, composicional e contextual (...).

SOARES & TERRON, 2008, p. 275.

Conforme citado anteriormente, a teoria aponta que uma das estratégias que o governador candidato à reeleição pode utilizar para sustentar ou expandir suas bases eleitorais a fim de se manter no poder é a distribuição de benefícios para áreas localizadas do estado, geralmente as que, na eleição anterior, mostraram votação significativa nele. Os aspectos composicional e geográfico entram em cena no modelo distributivista quando os dados empíricos sobre a geografia eleitoral evidenciam que as políticas distributivistas têm maior efeito nas regiões de baixo desenvolvimento socioeconômico que, por sua situação, possuem maior dependência do governo e de suas intervenções (BORGES, FERNANDES & FILHO, 2007, p. 4).

Os atributos demográficos e populacionais dos municípios também são importantes na aproximação que o governador tem com os prefeitos visando sua

reeleição. Os líderes municipais funcionam, nesse sentido, como intermediários na relação entre governo do estado e eleitores, pois têm um grau de proximidade maior com os últimos e, por isso, têm maior facilidade de mobilizá-los politicamente. Áreas rurais e/ou pequenos municípios do estado exemplificam onde os governadores podem, em teoria, contar com o auxílio de lideranças locais na mobilização a seu favor do eleitorado ali residente (BORGES, FERNANDES & FILHO, 2007, p. 4). Nessas localidades os retornos eleitorais advindos de práticas clientelistas são mais comuns e fáceis de serem observados do que em regiões mais populosas e desenvolvidas, normalmente caracterizadas pela prática de uma política partidária e eleitoral mais impessoal (BORGES, FERNANDES & FILHO, 2007, p. 4).

Nesse sentido, a localização da capital e dos municípios interioranos no estado pode em muito contribuir com a análise espacial e possibilitar estudos explicativos posteriores. A capital funciona como uma referência para a análise da distribuição geográfica da diferença da votação entre duas eleições no cenário de reeleição. A partir dela é possível falar em *interiorização* dos votos, quando se observa que os municípios que votam em peso no candidato se encontram no interior do estado, onde geralmente está a população mais pobre e esparsamente povoadas.

Assim a penetração eleitoral de um candidato ou partido no interior do estado pode estar associada à construção de redutos eleitorais baseados em políticas clientelistas, de modo que a manutenção dessas bases dependerá do contínuo recebimento de incentivos dados pelo político, os quais podem ser canalizados na forma de transferências financeiras que serão alocadas discricionariamente pelo prefeito municipal ou na forma de benefícios assistencialistas, conforme citado anteriormente.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DE PESQUISA

O foco da pesquisa é verificar se a distribuição dos votos entre uma eleição e a seguinte para o cargo de governador aponta para uma possível estabilidade dos redutos eleitorais, influenciando, com isso, a reeleição do candidato, do partido ou da “coligação” que estava no poder. Ressalta-se que quando se fala em reeleição de coligação se considera que o partido que foi eleito na eleição anterior não encabeça uma tentativa à reeleição, mas faz parte da aliança de partidos que formam a coligação vitoriosa na eleição seguinte.

O objeto de estudo consiste nas votações recebidas por uma amostra de candidatos, partidos e coligações que foram reeleitos nos estados que compõem uma amostra, considerando o período das quatro últimas eleições – 1998, 2002, 2006 e 2010. A fim de montar a amostra de estados, primeiramente, foram organizados os dados relativos ao cargo de governador nas eleições de 1998, 2002, 2006 e 2010, considerando o candidato vitorioso, seu partido, sua votação percentual, o turno no qual foi eleito e a coligação a qual ele pertencia. Com os dados retirados do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), isso foi feito para a totalidade dos estados brasileiros mais o Distrito Federal em cada uma das eleições citadas. Ressalta-se que, para fins de organização dos dados e análise, foram utilizados pares de eleições, a saber: 1998-2002; 2002-2006; e, 2006-2010.

Com isso, foi possível observar um quadro geral dos candidatos vitoriosos nas quatro eleições e verificar, por estado, se houve reeleição. A partir disso, elaborou-se uma tabela com todos os estados e o DF contendo o que se denominou de *cenários*, os quais apontavam para a reeleição ou não de candidato, partido ou coligação. Tomando como base sempre a eleição anterior nos três pares de eleições considerados, foi atribuído, por estado, um cenário por ano eleitoral.

Observaram-se cenários de reeleição de partido e candidato², candidato, partido e coligação bem como cenários em que houve a não reeleição de partido e candidato e a não reeleição de partido. Além disso, cenários em que o partido não

² No caso em que partido e candidato foram reeleitos, priorizou-se o candidato no cenário de reeleição.

encabeçou uma candidatura, mas estava coligado e em que nem o partido nem o candidato tentaram reeleição.

Somando-se o objetivo do estudo, que é investigar se existe estabilidade da distribuição da votação no estado entre eleições e se ela constitui um aspecto relevante para explicar a reeleição ao cargo do executivo estadual, com a existência na arena eleitoral de três atores políticos - candidato, partido e coligação, foi composta a amostra de estados. Esses foram escolhidos tendo em vista os cenários referentes à reeleição, priorizando os estados com maior número de municípios, visto que quanto maior o número de municípios maior a possibilidade de se verificar diferentes cenários e a dinâmica geográfico-eleitoral no estado. A tabela 3 mostra os estados e as eleições que foram selecionados para os cenários de reeleição de candidato, partido e coligação.

Tabela 3. Estados selecionados para os cenários de reeleição de candidato, partido e coligação

Cenário - reeleição	CANDIDATO		PARTIDO		COLIGAÇÃO	
	Estado	Eleição	Estado	Eleição	Estado	Eleição
	Alagoas	1998-2002	Bahia	1998-2002	Amazonas	1998-2002
	Bahia	2006-2010	Ceará	1998-2002	Espírito Santo	2006-2010
	Ceará	2006-2010	Maranhão	1998-2002	Goiás	2002-2006
	Goiás	1998-2002	Minas Gerais	2006-2010	Paraíba	2006-2010
	Pernambuco	1998-2002	São Paulo	1998-2002	Piauí	2006-2010
	Pernambuco	2006-2010	São Paulo	2006-2010	Santa Catarina	2006-2010

Elaboração da autora a partir dos dados do TSE <www.tse.jus.br>

Foi delimitada também uma amostra de estados com cenários de não-reeleição para compor um grupo de controle. Essa amostra ficou da seguinte forma (tabela 4):

Tabela 4. Estados selecionados para os cenários de não reeleição de candidato, partido e coligação

Cenário - não reeleição	CANDIDATO		PARTIDO		COLIGAÇÃO	
	Estado	Eleição	Estado	Eleição	Estado	Eleição
	Ceará	2002-2006	Mato Grosso	1998-2002	Paraná	1998-2002
	Rio Grande do Sul	2006-2010	Minas Gerais	1998-2002	Rio Grande do Norte	1998-2002
	Santa Catarina	1998-2002	Paraíba	1998-2002	Sergipe	1998-2002

Elaboração da autora a partir dos dados do TSE <www.tse.jus.br>

O próximo passo foi extrair do site do TSE as votações por município relativas aos estados selecionados. Conforme observado, para cada estado foram

analisadas as votações de um par de eleições referente à reeleição de candidato, partido ou coligação. A porcentagem de votos por município do candidato, partido ou coligação vitorioso foi utilizada como unidade de análise e o resultado da comparação entre as distribuições de votos das duas eleições consideradas foi conseguido pela diferença entre a porcentagem de votos em um município de uma eleição e a anterior.

$$Dif(votmun) = \%Vot(eleição\ t) - \%Vot(eleição\ t-4)$$

Desse modo, por meio dos valores da diferença entre as votações, foi possível notar se nos municípios que compunham um estado havia um aumento, uma diminuição ou ainda uma estabilidade da votação de uma eleição para outra.

A classificação dos valores que iriam ser considerados como aumento, diminuição ou estabilidade da votação entre duas eleições nos municípios do estado analisado, foi feita a partir da escala construída na legenda dos mapas de quartil que foram elaborados. A escala considerou como valores de diminuição (negativos) aqueles entre -50 a -5 pontos percentuais, localizados no primeiro quartil; como valores de estabilidade (central) aqueles entre -4,9 a 5 pontos percentuais dispostos no segundo quartil; e, como valores de aumento (positivos) aqueles entre 5,1 a 50 pontos percentuais, que compunham o terceiro quartil.

CAPÍTULO IV

DISTRIBUIÇÃO DA VOTAÇÃO PARA O CARGO DE GOVERNADOR NOS MUNICÍPIOS NO CASO DE REELEIÇÃO E NÃO-REELEIÇÃO

4.1. Resultados quantitativos para a reeleição do candidato

Os dados referentes à reeleição do candidato nos estados (tabela 5) são claros quanto ao crescimento da votação no candidato governista na maioria dos municípios de uma eleição para outra.

Tabela 5. Disposição percentual dos municípios em torno da variação da votação observada no cenário de reeleição de candidato nos estados selecionados

Candidato – reeleito						
Eleições	1998-2002	1998-2002	2006-2010	2006-2010	2006-2010	1998-2002
UF	Goiás	Alagoas	Pernambuco	Bahia	Ceará	Pernambuco
Positivo	45,12%	48,04%	89,19%	77,22%	28,26%	69,19%
Central	36,18%	23,53%	10,27%	14,87%	17,39%	18,92%
Negativo	18,70%	28,43%	0,54%	7,91%	54,35%	11,89%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do TSE <www.tse.jus.br>

Tendo em vista o conjunto de eleições definido para cada caso, observa-se que nos estados de Goiás, Alagoas, Bahia e Pernambuco (nos dois pares de eleições) houve uma ampliação da votação em grande parte dos municípios, evidenciado um crescimento da base eleitoral do governo de uma eleição para outra.

O Ceará no par de eleições 2006-2010 é o único caso da amostra que não segue o padrão observado. Embora o candidato governista tenha sido reeleito, a porcentagem de municípios onde decresceu a votação de uma eleição para outra foi alta quando comparada às porcentagens dos municípios onde a votação aumentou ou permaneceu estável. Não obstante a retração da base eleitoral nesse caso, uma possível explicação para a reeleição do candidato governista pode ser encontrada quando se analisa o tamanho populacional dos municípios cearenses onde a votação foi positiva e negativa.

A hipótese é de que a votação decresceu nos municípios de baixa população, aumentando ou permanecendo estável, no entanto, nos municípios mais populosos. Não sendo possível a este trabalho verificar essa hipótese a fundo, fica aqui o indicativo da

necessidade de se considerar o tamanho populacional dos municípios juntamente com a respectiva votação nos estudos posteriores sobre reeleição.

Embora não possam ser feitas generalizações, os dados amostrais indicam que o sucesso de reeleição quando o partido lança o candidato que foi vitorioso na eleição anterior é significativamente positivo, o que corrobora com a literatura acerca da preponderância do voto personalista no Brasil. Essa ideia se torna ainda mais evidente quando se analisam os dados relativos à reeleição do partido governista quando ele lança uma candidatura diferente da eleição anterior.

4.2. Resultados quantitativos para a reeleição do partido

Na tabela 6, observa-se que na maioria dos municípios em que o partido do governo estadual tentou reeleição com outra candidatura houve um decréscimo na votação. Em mais de 50% dos municípios dos estados do Ceará, Maranhão, Bahia, São Paulo (2006-2010) e Minas Gerais houve queda na votação para o partido. Novamente, a explicação para a reeleição do partido mesmo com diminuição da votação na maioria dos municípios esteja no tamanho populacional daqueles onde a votação cresceu ou ficou estável.

Tabela 6. Disposição percentual dos municípios em torno da variação da votação observada no cenário de reeleição de partido nos estados selecionados

Partido – reeleito						
Eleições	1998-2002	1998-2002	1998-2002	2006-2010	1998-2002	2006-2010
UF	Ceará	Maranhão	Bahia	São Paulo	São Paulo	Minas Gerais
Positivo	19,02%	3,69%	4,32%	1,40%	40,00%	2,81%
Central	17,93%	15,21%	22,54%	16,74%	20,00%	14,30%
Negativo	63,04%	81,11%	73,14%	81,86%	40,00%	82,88%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do TSE <www.tse.jus.br>

O único caso que destoa dos demais é São Paulo entre as eleições de 1998 e 2002, em que, curiosamente, houve votação positiva e negativa na mesma porcentagem de municípios. Conforme será indicado mais a frente a partir da comparação dos mapas das votações nos dois períodos eleitorais, nesse caso em particular, ao que parece, ocorreu uma inversão significativa das bases eleitorais do partido, isto é, onde o partido tinha baixa votação passou a ter votação expressiva e vice-versa.

A porcentagem de municípios que permaneceram estáveis (centrais) quanto à votação entre uma eleição e outra, tanto no caso da reeleição do candidato quanto da

reeleição do partido, quando olhada por si só, não se mostrou um dado importante para a manutenção no poder do candidato ou do partido. Em todos os casos nos dois conjuntos de dados (candidato e partido) a porcentagem de municípios que apresentaram certa estabilidade na votação ficou abaixo dos 37%. No entanto, a porcentagem dos municípios estáveis seja relevante quando analisada tendo em vista o tamanho da população dos municípios em questão. Como já explicitado, a estabilidade observada nos municípios populosos pode ajudar na explicação da reeleição do candidato ou do partido nos estados onde a votação foi negativa na maior parte dos municípios.

Com efeito, a disposição percentual dos municípios em torno da variação da votação nos casos em que houve a reeleição do candidato e naqueles em que houve a reeleição do partido mostra a tendência do eleitor brasileiro em votar considerando a figura do candidato, deixando em segundo plano as referências partidárias. Há maior possibilidade de sucesso na manutenção do poder executivo estadual quando o partido lança a mesma candidatura do que quando ele indica outra pessoa para o cargo de governador.

Confiar na manutenção das bases eleitorais de uma eleição para a seguinte se quando o partido tenta a reeleição se mostra muito arriscado para garantir a vitória, mesmo que o governo procure mantê-las por meio de transferências financeiras, aproximações com os prefeitos municipais e demais líderes locais ou outros incentivos. Desse modo, faz-se necessário procurar ampliar a votação, o que, de acordo com os dados da amostra, é mais propício quando o mesmo candidato concorre à reeleição.

4.3. Resultados quantitativos para a reeleição do partido inserido em uma coligação

A tabela 7, que mostra resultados amostrais da manutenção do partido no poder por meio de uma coligação, diferentemente das tabelas 5 e 6, não apresenta padrões.

Tabela 7. Distribuição percentual dos municípios em torno da variação da votação observada no cenário de reeleição de partido em uma coligação nos estados selecionados

Partido-coligação – reeleito						
Eleições	2006-2010	2006-2010	1998-2002	2006-2010	2002-2006	2006-2010
UF	Paraíba	Piauí	Amazonas	Santa Catarina	Goiás	Espírito Santo
Positivo	21,24%	45,54%	67,74%	18,09%	47,56%	12,82%

Central	36,73%	28,13%	22,58%	41,64%	39,84%	60,26%
Negativo	42,04%	26,34%	9,68%	40,27%	12,60%	26,92%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do TSE <www.tse.jus.br>

Dos estados que compunham a amostra, Piauí, Amazonas e Goiás tiveram na maioria dos municípios uma expansão da votação, ao passo que a Paraíba apresentou um cenário expressivo de votação negativa de uma eleição para outra. Já Santa Catarina e Espírito Santo, nas eleições consideradas, tiveram um maior número de municípios que permaneceram estáveis quanto à votação na coligação em comparação com a votação que tinha tido o partido em um ano eleitoral anterior.

Sabendo da escassez de estudos no Brasil sobre a influência que coligações políticas têm no comportamento dos eleitores, os dados empíricos encontrados por esse estudo contribuem para a sustentação dessa lacuna na literatura, de modo que não é possível observar se a dinâmica de coligações contribui ou não para a manutenção de bases eleitorais. Talvez estudos mais aprofundados sobre coligações, os quais envolvam outras variáveis do cenário político-eleitoral, tenham maior sucesso em desvendar se há e qual é a contribuição das mesmas para a escolha do voto pelo eleitorado.

4.4. A preponderância do candidato frente ao partido na maximização das chances à reeleição

O voto personalizado sugere que uma porção do apoio eleitoral ao candidato tem origem nas suas qualidades pessoais, qualificações, atividades e desempenho. A parte do voto que não é personalizada é baseada no compartilhamento de afiliações partidárias, aspectos de classe, religião e etnia ou fundamentada nas condições nacionais da economia bem como na avaliação retrospectiva do governo (CAIN, FAREJOHN, FIORINA, 1983). Os dados acerca da reeleição do candidato (tabela 5), quando comparados aos dados da reeleição do partido (tabela 6), revelam a preponderância que a pessoa do candidato tem para os votantes no cenário eleitoral.

O personalismo na política (...) decorre dessa lógica: a ênfase na escolha de pessoas, no lugar de partidos ou programas políticos, pode ser explicada pelo fato de o personalismo ser um critério mais econômico, pois aproxima informações novas aos estereótipos já existentes. Focando personalidades, e não ideias ou ideologias, as comparações para o eleitor mediano são óbvias e fáceis.

O voto direcionado ao candidato marginaliza a identificação partidária como um critério possível de escolha do voto, contribuindo para o distanciamento do eleitor dos partidos políticos. O próprio sistema político-eleitoral brasileiro, que estimula o candidato a não depender somente dos partidos para se eleger, seria um dos fatores que contribuiriam para a perda de espaço e visibilidade das organizações partidárias nas eleições, estimulando o uso pelo político de estratégias individualistas a fim de se diferenciar dos demais candidatos em meio a um sistema multipartidário (SAMUELS, 1997).

Na ausência de um arranjo institucional que afirme o papel dos partidos políticos na arena eleitoral, o eleitor, principalmente aquele com baixo nível educacional, encaminharia seu voto de acordo com uma “tendência populista”, caracterizada pela ligação direta entre ele e o candidato, sem a intermediação partidária (SINGER, 1990 *apud* CARREIRÃO & KINZO, 2004). Ganhar uma eleição passa a depender não do trabalho do partido político em torno da candidatura que lança, mas sim do candidato e do marketing eleitoral em torno de sua imagem, que deve ressaltar suas qualidades e virtudes.

(...) com um baixo grau de confiança nos partidos e com pequena importância conferida ao seu papel na dinâmica política, os critérios construídos no universo do eleitor com respeito à representação são liderados pela figura do candidato, indicando que o personalismo político mantém-se predominante no seu conjunto de parâmetros para a escolha política.

MENEGUELLO, 1994, p. 157 *apud* CARREIRÃO & KINZO, 2004, p. 137.

O alto índice de votação negativa no partido reeleito (tabela 6), comparando-se dois períodos eleitorais consecutivos, pode ter como explicação o fato do eleitor não ter um vínculo de lealdade com o partido, ao passo que a votação no candidato que concorre à reeleição (tabela 5) representa uma manifestação de apoio pessoal, embora, logicamente, o voto vá também para o partido que estava no poder (SAMUELS, 1997).

É interessante notar que os resultados da pesquisa aqui realizada estão intimamente relacionados aos dados encontrados pelo estudo realizado por Borges, Fernandes e Filho (2007), que teve por objetivo compreender mais a fundo a dinâmica

política estadual e a existência do chamado *oligopólio eleitoral* exercido por lideranças estaduais, em meio a um contexto nacional democrático. Os autores calcularam o que eles denominaram de *índice de dominância eleitoral* para os estados, índice que visa medir o grau em que um único partido ou grupo político é capaz de monopolizar a arena eleitoral com o passar do tempo.

Muito embora o índice de dominância eleitoral não seja uma medida perfeita do grau de competitividade eleitoral nos estados, ainda assim este indicador nos dá uma ideia razoavelmente acurada da variação na força eleitoral das elites governantes entre as regiões brasileiras³.

BORGES, FERNANDES & FILHO, 2010, p. 7

Os resultados encontrados pelos autores mostram que, entre outros estados, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão e Amazonas apresentam cenários de baixa competitividade, em que há um alto índice de dominância eleitoral de uma elite política. Aponta-se, inclusive, que os quatro primeiros estados citados “se caracterizam pela hegemonia eleitoral de um único partido por um período igual ou superior a 3 eleições entre 1982 e 1998” (BORGES, FERNANDES & FILHO, 2010, p. 6). Curiosamente, esses quatro estados nas eleições seguintes a 1998 continuam a demonstrar pouca alternância de poder entre elites e partidos distintos.

Observa-se ainda que, entre outros estados, Alagoas e Piauí, que constam também na amostra de reeleição, também têm um índice de dominância eleitoral significativo, de modo que o Piauí se caracteriza pela competição restrita a famílias políticas rivais. Entre 1998 e 2010, conforme pode ser observado na tabela 8, a qual serviu de base para a construção das tabelas 5, 6 e 7, esses estados tiveram dois ou mais casos de reeleição de partido político, sendo esse lançando o mesmo candidato ou outra candidatura ou ainda inserindo-se em uma coligação partidária. Ressalta-se que a informação dos anos considera o partido que ganhou a eleição no ano anterior.

Tabela 8. Histórico das eleições entre 1998 e 2010 com cenários de reeleição e não-reeleição nos estados selecionados

ESTADO	ELEIÇÃO 1998/PARTIDO	ELEIÇÃO 2002	ELEIÇÃO 2006	ELEIÇÃO 2010
Alagoas	PSB	R - Partido e candidato	NC - Partido e candidato	R - Partido e candidato

³ Para saber quais são as variáveis utilizadas para o cálculo do índice de dominância eleitoral ver BORGES, FERNANDES & FILHO (2010).

Amazonas	PFL	R - Partido (em coligação)	NC - Mas estava coligado	R - Partido (em coligação)
Bahia	PFL	R - Partido	NR - Partido e candidato	R - Partido e candidato
Ceará	PSDB	R - Partido	NR - Partido e candidato	R - Partido e candidato
Goiás	PSDB	R- Partido e candidato	R - Partido (em coligação)	R - Partido
Maranhão	PFL	R - Partido	NR - Partido	R - Candidato* (1998)
Piauí	PFL	NR - Partido e candidato	R - Partido e candidato	R - Partido (em coligação)

Legenda: R - reeleição; NR - não-reeleição; NC - não se candidatou.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do TSE <www.tse.jus.br>

Borges, Fernandes e Filho (2010) também apontam que “os grupos de dominância baixa e média baixa são integrados, majoritariamente, pelos estados mais desenvolvidos do Sul e do Sudeste, onde os partidos de esquerda têm via de regra, maior força eleitoral (...)” (BORGES, FERNANDES & FILHO, 2010, p. 7). No entanto, São Paulo e Minas Gerais são uma exceção a esse achado. Ambos os estados nos últimos três períodos eleitorais (2002, 2006 e 2010) vêm sendo governados pelo mesmo PSDB, partido político considerado de centro-direita. O índice de dominância eleitoral formulado pelo autores inclui outras variáveis além da capacidade de reeleição do governador ou de seus grupos políticos. Com efeito, é possível afirmar, a partir dos dados aqui encontrados, que, do ponto de vista da variável “reeleição”, esses estados, entre 1998 e 2010, caracterizam-se por uma baixa competição entre as elites no cenário eleitoral e, portanto, alto grau de dominância eleitoral, entendida aqui como permanência no poder do mesmo partido e/ou candidato.

4.5. Resultados quantitativos para a não-reeleição do candidato, do partido e do partido inserido em uma coligação

A fim de verificar se o candidato, mesmo não reeleito, mantinha algum apoio da sua base eleitoral e se esse apoio era maior do que o mantido pelo partido político, na ausência da mesma candidatura, foram organizadas amostras de três estados que compunham uma espécie de grupo de controle, que seguiu os mesmos padrões metodológicos dos grupos de estados com candidatos, partidos e coligações reeleitos. Os três conjuntos de dados de não-reeleitos (tabelas 8, 9 e 10) demonstram que tanto o candidato, quanto o partido e a coligação mantém certo apoio eleitoral (entende-se

votos) de uma eleição para outra. No entanto, não é possível verificar um padrão que permita comparações seguras, como no grupo de reeleitos.

Tabela 9. Distribuição percentual dos municípios em torno da variação da votação observada no cenário de não-reeleição de candidato nos estados selecionados

Candidato - não reeleito			
Eleição	1998-2002	2006-2010	2002-2006
UF	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Ceará
Positivo	12,29%	0,00%	1,63%
Central	41,30%	1,20%	3,26%
Negativo	46,42%	98,80%	95,11%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do TSE <www.tse.jus.br>

Tabela 10. Distribuição percentual dos municípios em torno da votação observada no cenário de não-reeleição de partido nos estados selecionados

Partido - não reeleito			
Eleição	1998-2002	1998-2002	1998-2002
UF	Mato Grosso	Minas Gerais	Paraíba
Positivo	2,13%	0,47%	0,00%
Central	19,15%	0,00%	2,69%
Negativo	78,72%	99,53%	97,31%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do TSE <www.tse.jus.br>

Tabela 11. Distribuição percentual dos municípios em torno da votação observada no cenário de não-reeleição de partido-coligação nos estados selecionados

Coligação - não reeleito			
Eleição	1998-2002	1998-2002	1998-2002
UF	Rio Grande do Norte	Paraná	Sergipe
Positivo	15,29%	0,00%	0,00%
Central	34,12%	0,50%	4,00%
Negativo	50,59%	99,50%	96,00%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do TSE <www.tse.jus.br>

CAPÍTULO V

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA DIFERENÇA DA VOTAÇÃO ENTRE ELEIÇÕES NAS SITUAÇÕES DE REELEIÇÃO DO CANDIDATO, DO PARTIDO E DO PARTIDO INSERIDO EM COLIGAÇÃO

Para os fins deste estudo, será considerada apenas a dimensão horizontal da geografia dos votos, que consiste na proximidade ou no distanciamento das localidades onde houve votação significativa. No entanto, ressalta-se que os dados da pesquisa aqui realizada não tratam da observância dos municípios onde o candidato ou o partido tiveram maioria de votos, mas tratam da variação da proporção de votos para esses de uma eleição para outra.

Embora Barry Ames (2003) aponte que a geografia dos votos pode ser mais bem descrita se à dimensão horizontal da concentração/dispersão da votação for adicionada a dimensão vertical do grau de dominância que os políticos exercem sobre os municípios onde são votados, o intuito aqui é simplesmente observar geograficamente se há regiões dos estados que podem ser caracterizadas como bastiões eleitorais, onde há manutenção ou aumento de votos de uma eleição para outra.

Considerando, portanto, o vetor concentração, pode-se falar que a votação é concentrada ou dispersa. A primeira é o caso em que um candidato ou partido tem votação expressiva em um grupo de municípios próximos. Já a votação dispersa é aquela em que os municípios onde se teve votação significativa são espalhados pelo estado. Conforme apontam Soares e Terron (2008), o padrão espacial de uma votação dispersa é semelhante à figura de um mosaico, em que não existem territorialmente muitas regiões homogêneas em relação à escolha eleitoral.

Além dos fatores concentração e dispersão, a análise dos mapas levou em consideração a localização geográfica capital-interior, conforme discussão teórica feita anteriormente. Nos mapas, a capital dos estados selecionados está identificada com um ponto de cor preta. Ao se analisar a disposição geográfica das regiões onde se havia tido certa estabilidade do apoio eleitoral de uma eleição para outra, observou-se a necessidade de identificar a capital e, por conseguinte, as regiões afastadas dela, de modo a identificar em que região do estado o candidato, partido ou coligação mantinham parte do seu eleitorado. O entendimento dos mapas a partir do vetor capital-

interior possibilitou complementar a análise que visava a concentração e a dispersão dos votos, o que possibilitará estudos mais profundos posteriormente.

Os mapas a seguir indicam a diferença de votação entre duas eleições no caso de reeleição do candidato, do partido ou da coligação a qual o partido vitorioso na última eleição pertencia. O intuito é verificar qual é a dinâmica espacial dos votos para essas três situações de reeleição e se há alguma diferença entre elas. Para que as comparações da distribuição territorial do eleitorado entre esses três cenários sejam observadas com mais facilidade, os mapas foram organizados em três conjuntos, tendo em vista as três situações de reeleições já citadas.

Conforme já citado na seção sobre a metodologia da pesquisa aqui realizada, para a elaboração dos mapas estabeleceu-se uma linha de corte arbitrária dos valores da diferença da votação entre dois períodos eleitorais, o que resultou em escores dispostos em três quartis. O primeiro quartil considera os valores negativos entre -50 e -5 pontos percentuais. No segundo quartil estão os valores considerados estáveis entre -4,9 a 5 pontos percentuais. E no terceiro quartil se encontram os valores positivos entre 5,1 a 50 pontos percentuais. Essa classificação, embora discricionária, permitiu observar a diferença da votação nos municípios dos estados selecionados e identificar espacialmente, ainda que de forma exploratória, regiões do estado que podem ser identificadas como potenciais bases eleitorais, por manterem sua votação entre as eleições.

O objetivo aqui não é explicar a razão de uma ou outra região do estado conservar o apoio eleitoral no governador e sim perceber se essas regiões e descreve-las geograficamente em cada contexto. Acredita-se que a pesquisa exploratória, como se caracteriza esse estudo, é adequada para o conhecimento do tema sobre geografia eleitoral, que se desenvolve aos poucos no Brasil. A descrição dos dados em muito pode contribuir com o levantamento de hipóteses explicativas, as quais podem ser testadas tendo em vista estudos descritivos iniciais.

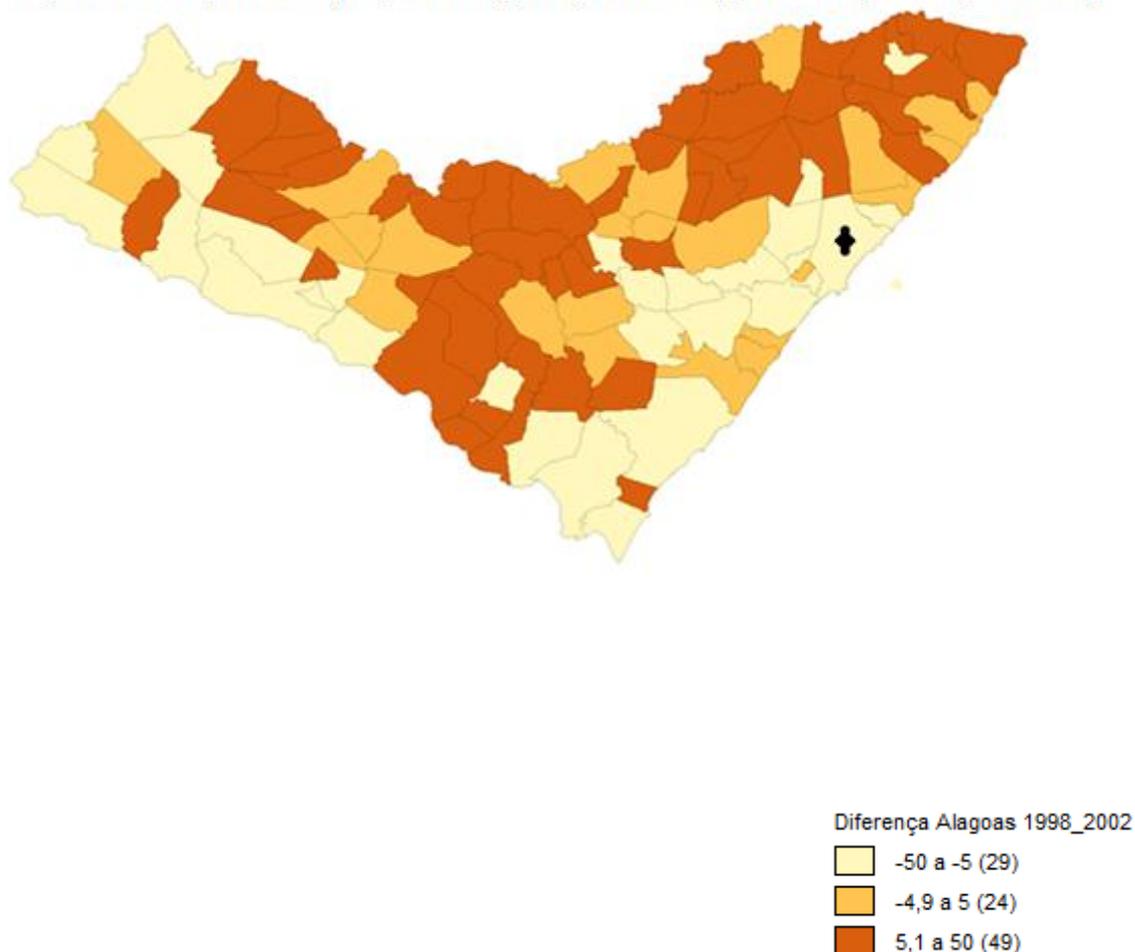
5.1. Diferença da votação considerando a reeleição do candidato

- **Amazonas (1998-2002)**

Conforme mostra abaixo o mapa de Alagoas (mapa 1), comparando-se a votação recebida pelo candidato reeleito em 2002 com a de 1998, a quantidade de municípios onde a votação cresceu ou permaneceu estável é maior do que onde a

votação decaiu. Percebe-se que a votação foi dispersa pelo estado. No entanto, a capital e os municípios em volta são regiões onde a votação foi negativa. Nesse caso, a capital não representa um bastião eleitoral de peso para o candidato, ao contrário do que se observa nas regiões do interior e fronteiriças do estado.

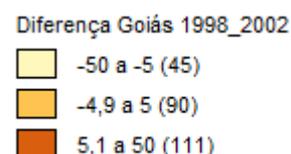
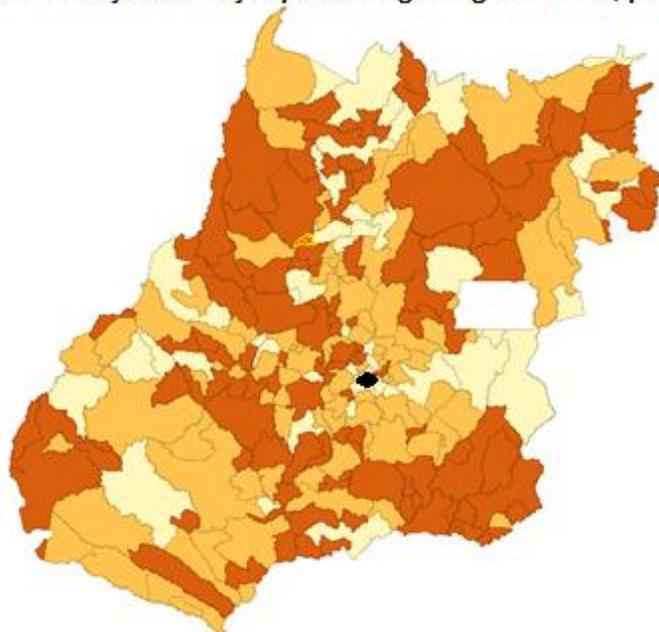
Mapa 1: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - AL (1998-2002)



- **Goiás (1998-2002)**

Em Goiás (mapa 2) se observa também uma dispersão das regiões onde a votação aumentou ou permaneceu estável. Pelo fato de Goiás possuir maior quantidade de municípios quando comparado a Alagoas, pode-se dizer que na comparação entre os dois mapas Goiás mostra maior dispersão na votação. Observa-se ainda que especificamente a capital, Goiânia, foi uma região onde a votação decresceu de uma eleição para outra.

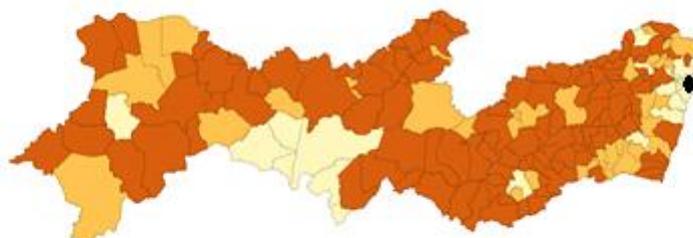
Mapa 2: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - GO (1998-2002)

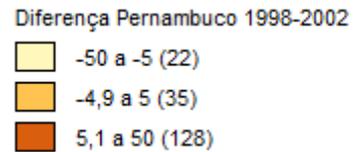


▪ **Pernambuco (1998-2002)**

Na comparação entre 1998 e 2002 em Pernambuco (mapa 3) é possível observar uma dispersão da votação, de modo que os municípios nos quais o candidato conseguiu maior votação estão espalhados pelo estado. Chama a atenção o fato de que a capital Recife e os municípios próximos a ela são localidades onde a votação decaiu entre os períodos eleitorais bem como a existência de um grupo de municípios ao centro estado, nos quais a votação também decresceu.

Mapa 3: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - PE (1998-2002)

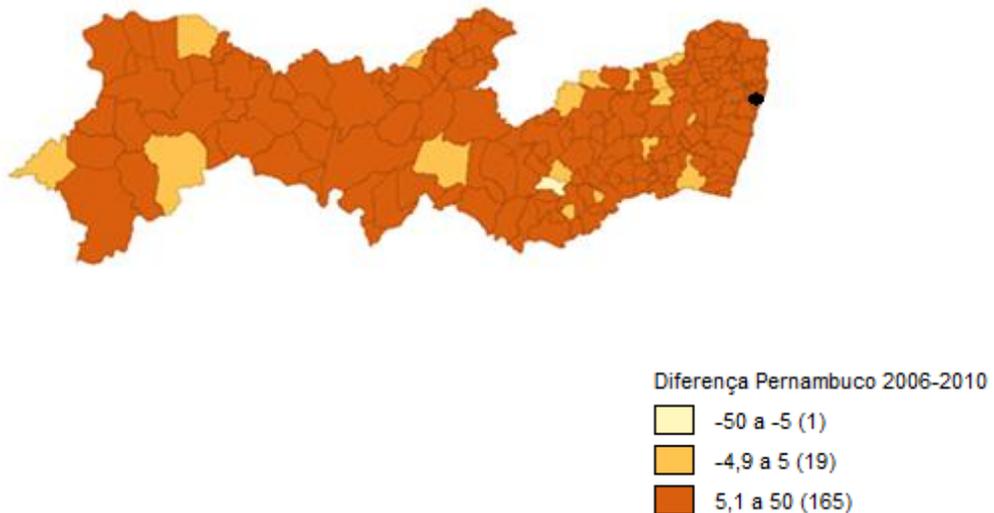




▪ **Pernambuco (2006-2010)**

Já no mapa de Pernambuco (mapa 4) relativo às eleições 2006-2010 se observa que a votação foi mais dispersa, de maneira que as regiões onde houve crescimento da votação se espalham por todo o estado. Não se pode falar, nesse caso, de uma base eleitoral específica, pois apenas um município apresentou votação negativa de um eleição para outra, de acordo com o modelo de quartis aqui proposto.

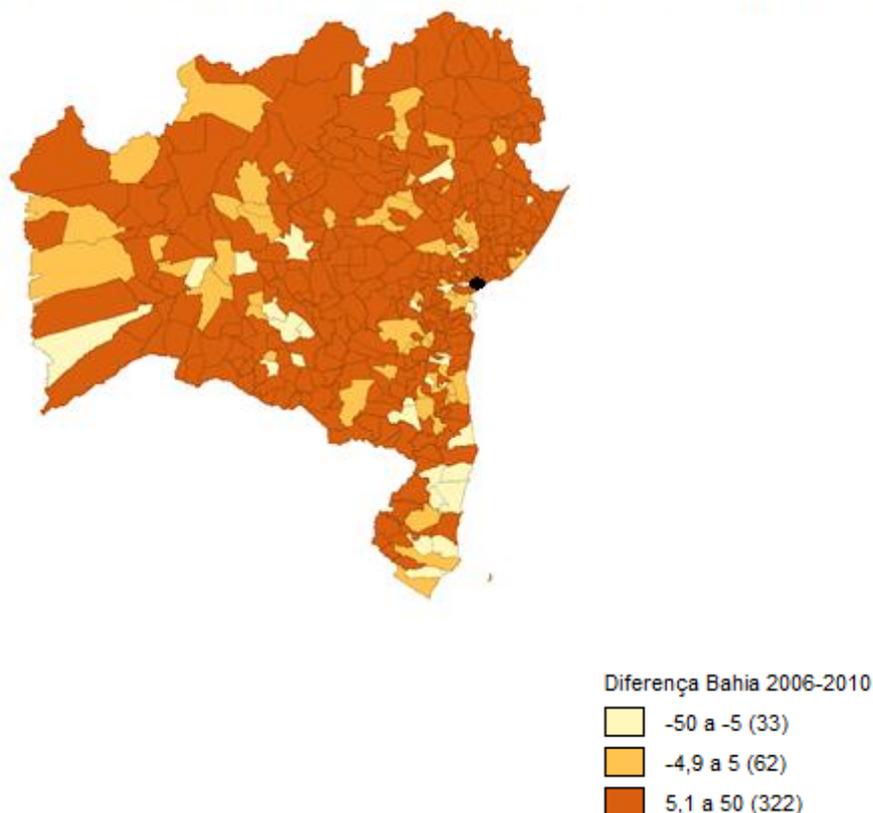
Mapa 4: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - PE (2006-2010)



▪ **Bahia (2006-2010)**

Comparando-se a diferença da votação na Bahia entre 2006 e 2010 (mapa 5) se observa que a votação positiva entre as eleições é dispersa por todo o estado. A capital e as regiões próximas a ela demonstram apoio ao candidato reeleito. No entanto, pelo grau de dispersão da votação pelo estado não é possível falar em bases eleitorais específicas.

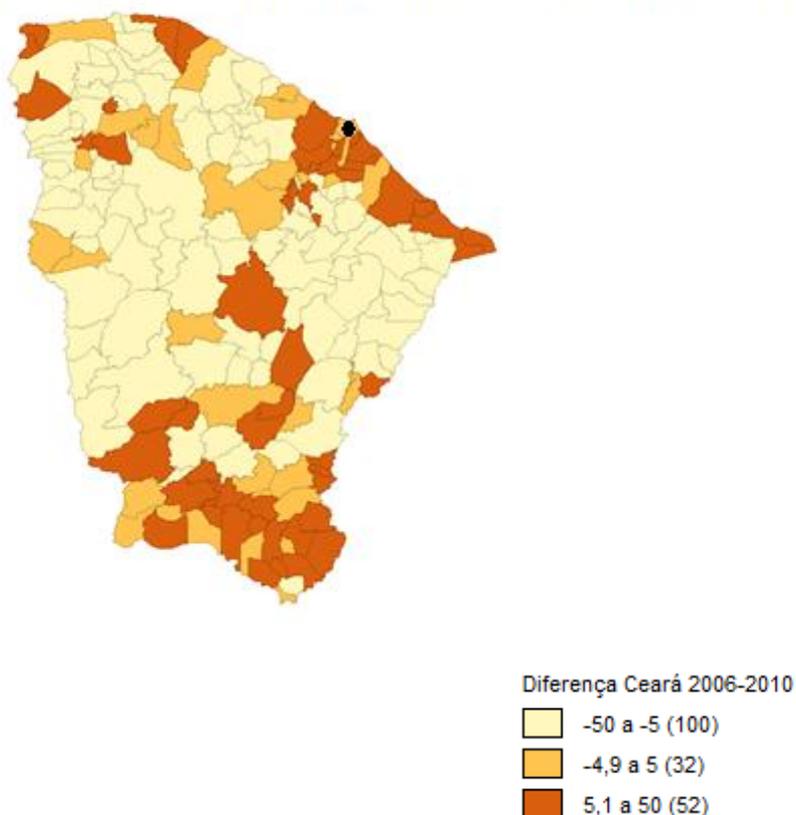
Mapa 5: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - BA (2006-2010)



▪ **Ceará (2006-2010)**

Entre as eleições de 2006 e 2010 se observa que no Ceará (mapa 6) a votação do candidato reeleito foi concentrada, principalmente nos municípios do norte e do sul do estado. Mais especificamente, a capital e as regiões próximas a ela bem como as regiões do interior sul do estado são onde a diferença da votação foi em benefício do candidato reeleito. Embora não seja possível afirmar, por meio desse mapa ou dos dados coletados, que o candidato reeleito tenha conseguido a maioria dos votos nos municípios de cor escura no mapa frente aos demais concorrentes, é possível inferir que essas regiões são potenciais bases eleitorais do candidato reeleito, uma vez que nelas, de uma eleição para outra, a votação cresceu ou permaneceu estável. A quantidade de municípios onde a diferença da votação foi negativa é expressiva. A reeleição do candidato pode estar relacionada com o tamanho populacional dos municípios onde a votação entre os dois períodos eleitorais permaneceu estável ou aumentou.

Mapa 6: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - CE (2006-2010)



5.1.1. Conclusões gerais da distribuição geográfica no caso de reeleição do candidato

Tendo em vista os mapas dos estados selecionados para verificar a dinâmica geográfica da reeleição do candidato, observa-se que em cinco dos seis casos analisados se tem dispersão da diferença positiva de votação. A exceção é o estado do Ceará, conforme citado anteriormente. Comparando-se os mapas entre si, percebe-se que alguns estados demonstram maior dispersão na proporção de votos de uma eleição para outra do que os demais. A Bahia e Pernambuco, por exemplo, quando comparados ao estado de Alagoas, mostram maior dispersão, por possuírem maior quantidade de municípios. Nessas circunstâncias, o mapa de Alagoas seria considerado concentrado. No entanto, olhando os mapas individualmente, à exceção do Ceará, as diferenças de votação observadas ao candidato reeleito são dispersas e em sua maioria se concentram no segundo e no terceiro quartis, que representam valores positivos.

Esses dados corroboram com a literatura que vê o sistema político-eleitoral brasileiro como personalista no sentido dar maior relevância ao candidato nas campanhas eleitorais em detrimento dos partidos políticos e mais ainda das coligações

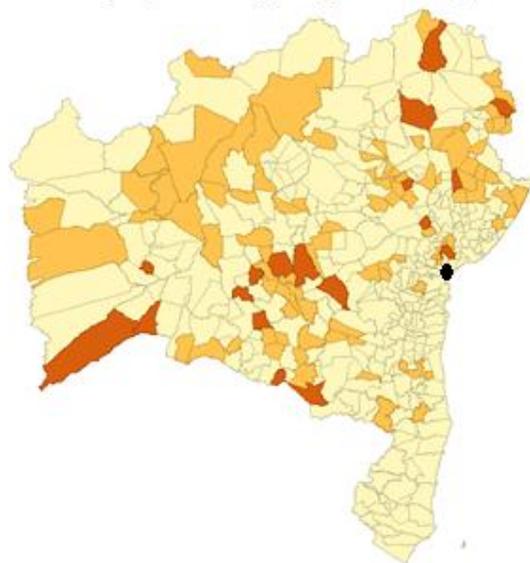
partidárias. O voto dos eleitores, portanto, é direcionado ao candidato, o que evidencia um comportamento eleitoral pautado no apoio pessoal do eleitor ao político, deixando em segundo plano fatores mais gerais que podem influenciar o voto como ideologia partidária, políticas pragmáticas, entre outros. Nos estudos de caso realizados, a dispersão observada na reeleição do candidato indica que o partido tem maiores chances de se manter no poder quando lança a mesma candidatura da eleição anterior, de modo que, como mostram os dados, o candidato amplia sua votação por todo o estado e recebe o apoio de grande parte da população.

5.2. Diferença da votação considerando a reeleição do partido

▪ Bahia (1998-2002)

Na Bahia entre as eleições de 1998 e 2002 (mapa 7) se observa uma concentração das regiões onde a votação foi significativa o bastante para reeleger o partido. A reeleição do partido mesmo que o número de municípios nos quais a votação decaiu pode ser explicada analisando a quantidade da população nos municípios em que a votação foi positiva ou permaneceu estável. A hipótese de estudo, que não será avaliada aqui, é a de que a decadência da votação entre as eleições ocorreu nos municípios pequenos em termos populacionais, ao passo que as regiões em que a diferença da votação foi positiva são aquelas com maior população.

Mapa 7: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - BA (1998-2002)



Diferença Bahia 1998-2002

-50 a -5 (305)

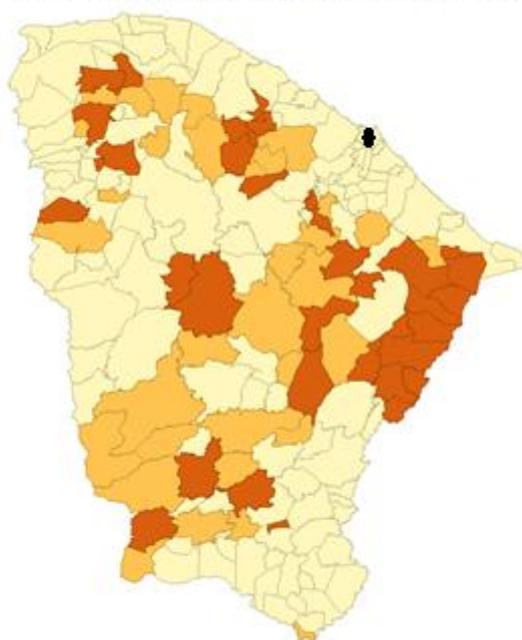
-4,9 a 5 (94)

5,1 a 50 (18)

▪ Ceará (1998-2002)

Entre as eleições de 1998 e 2002 se observa que no Ceará (mapa 8) a reeleição do partido teve votação expressiva concentrada, principalmente nos municípios do interior e fronteiriços. Na capital e nos municípios litorâneos a diferença da votação entre as eleições foi negativa. A reeleição nesse caso foi conquistada pelo partido mesmo com a diminuição da votação na maioria dos municípios, o que novamente aponta para a importância do tamanho da população na análise mais profunda da reeleição.

Mapa 8: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - CE (1998-2002)



Diferença Ceará 1998-2002

-50 a -5 (116)

-4,9 a 5 (33)

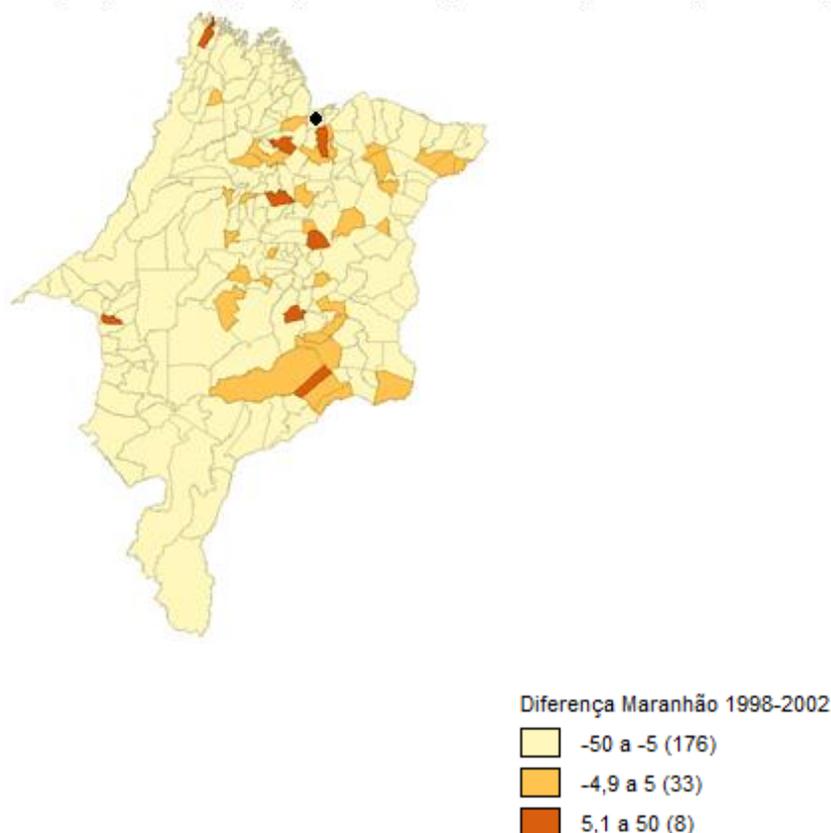
5,1 a 50 (35)

▪ Maranhão (1998-2002)

Entre 1998 e 2002 no Maranhão (mapa 9), em que houve a reeleição do partido, nota-se que a diferença positiva da votação foi concentrada. Os municípios

fronteiriços com o Piauí e alguns municípios localizados no centro do estado são regiões onde, diferentemente dos demais municípios nos quais a votação de uma eleição para outra decaiu, o partido reeleito conseguiu manter seu eleitorado ou expandi-lo. Nesse sentido, esses municípios podem ser vistos como bases eleitorais mantidas pelo partido entre as eleições correspondentes.

Mapa 9: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - MA (1998-2002)



- **São Paulo (1998-2002)**

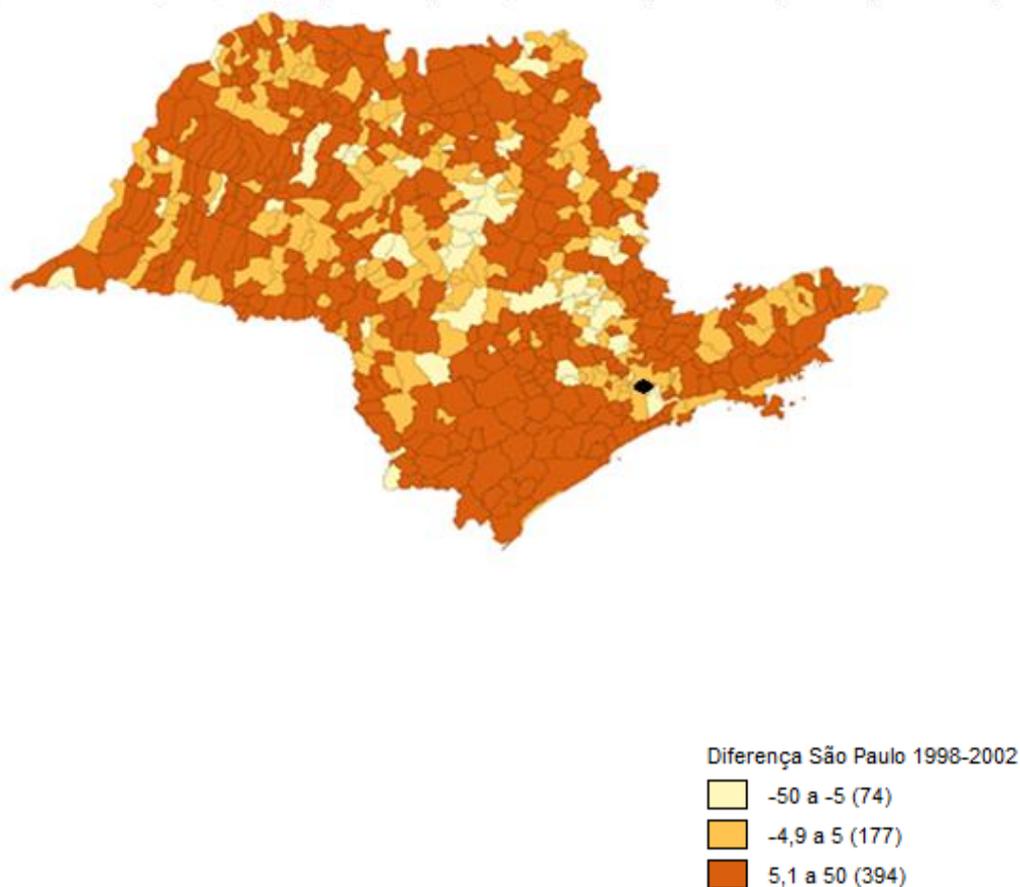
Comparando-se a votação obtida pelo partido reeleito entre as eleições de 1998 e 2002 no estado de São Paulo (mapa 10), vê-se que o crescimento da votação foi disperso por todo o estado. Atenta-se para uma grande concentração de municípios no sul do estado onde a votação no partido aumentou entre as eleições. No entanto, não é possível apontar localidades específicas onde existam bases eleitorais, já que por todo o estado houve crescimento positivo da votação no partido reeleito.

O fato interessante ocorrido em São Paulo entre as eleições de 1998 e 2002 foi que o candidato que venceu em 2002, Geraldo Alckmin, era vice governador em 1998, sendo Mário Covas o governador eleito daquele ano. Com a morte de Covas em

2001, Alckmin assumiu o governo do estado, sendo reeleito nas eleições seguintes. No entanto, esse caso foi incluído na reeleição do partido, porque, em tese, o candidato eleito para governador em 1998 não foi o mesmo em 2002.

Nesse sentido, não se pode atribuir a “reeleição” de Alckmin para o governo de São Paulo à memória do eleitor em ter depositado seu voto nele, de modo que, embora fosse vice, não encabeçou a candidatura. A sua popularidade se deveu muito mais à sua exposição pública enquanto governador do estado. Nesse sentido, embora Geraldo Alckmin não tenha sido diretamente eleito em 1998, a sua posse em 2001 fez com que ele fosse identificado como representante do estado, o que em muito colaborou para a sua reeleição em 2002, tendo em vista a força política do candidato, como aponta a literatura e os dados sobre a reeleição do candidato aqui apresentados.

Mapa 10: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - SP (1998-2002)

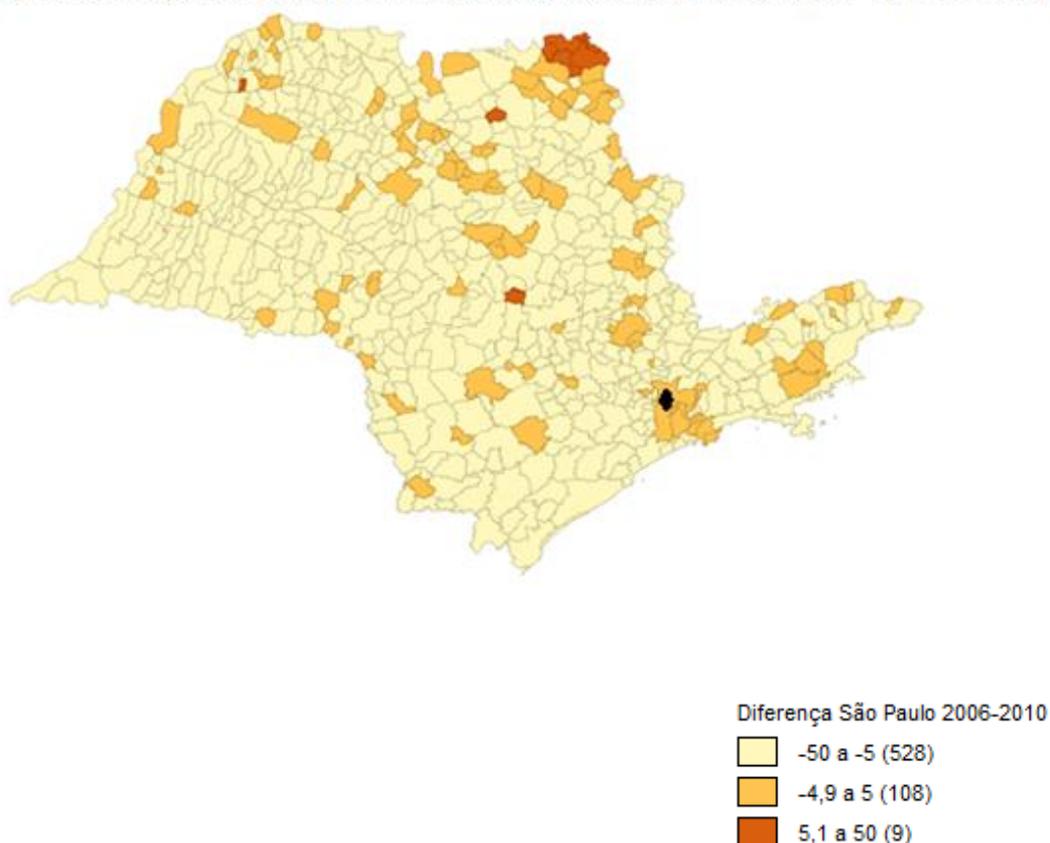


▪ São Paulo (2006-2010)

Observando-se a diferença da votação em São Paulo entre 2006 e 2010 (mapa 11), vê-se que a situação é bem diferente do que ocorreu no par de eleições 1998 e 2002. O partido, mesmo reeleito, não manteve na maior parte dos municípios a mesma

percentagem de votos da eleição anterior, de modo que se pode inferir que as bases eleitorais não foram sustentadas de uma eleição para outra. A conexão eleitoral no par de eleições considerado se deu de forma diferente do observado no par 1998-2002. A situação do mapa anterior se assemelha à situação de candidato reeleito, o que não deixa de ser verdade, na qual a votação é bastante dispersa pelo estado. Já no mapa abaixo, a diferença correspondente à votação estável ou positiva ocorreu em localidades concentradas no estado.

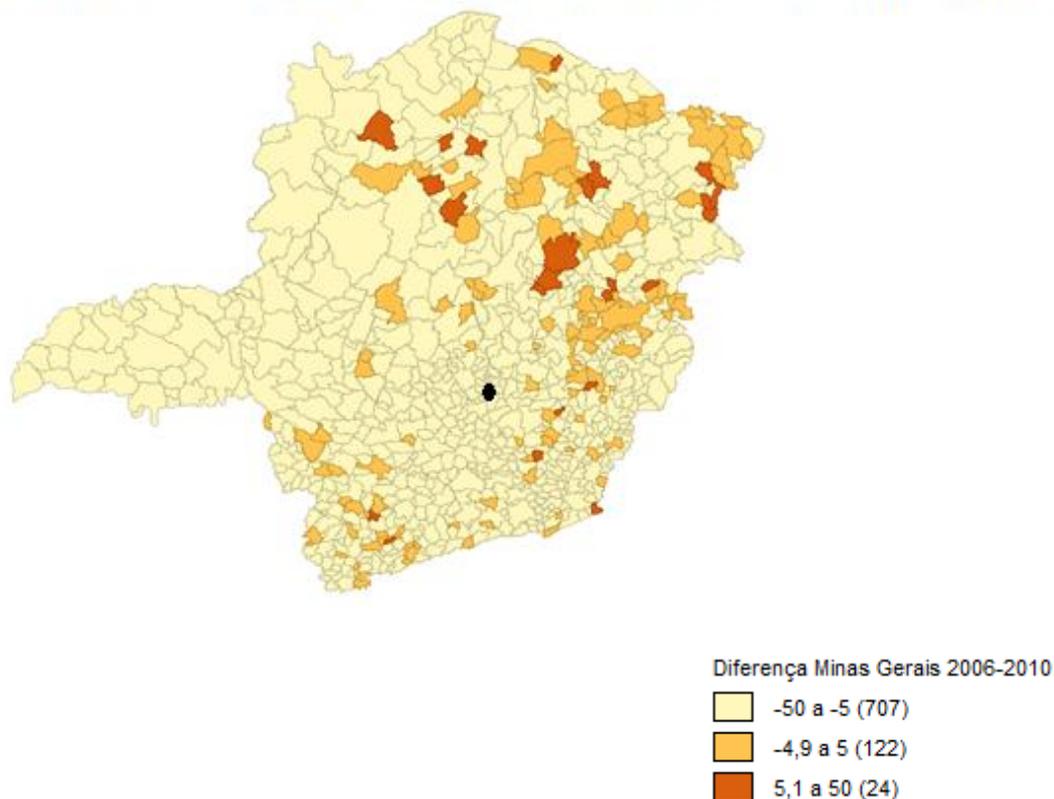
Mapa 11: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - SP (2006-2010)



▪ **Minas Gerais (2006-2010)**

Analisando-se o mapa da diferença da votação em Minas Gerais entre as votações de 2006 e 2010 (mapa 12), tem-se que a diferença positiva em benefício do partido reeleito ocorreu em regiões concentradas. Essas regiões são representadas, principalmente, pelos municípios do interior do estado, relativamente distantes da capital, localidades onde as bases eleitorais foram de certa forma mantidas.

Mapa 12: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - MG (2006-2010)



5.2.1. Conclusões gerais da distribuição geográfica no caso de reeleição do partido

Observando-se os seis mapas relativos à reeleição do partido, tem-se que à exceção de São Paulo entre 1998-2002, os demais estados mostram que a diferença positiva de votação quando o partido tenta a reeleição sem lançar a mesma candidatura da eleição anterior é concentrada em certas regiões dos estados, diferentemente do que acontece com distribuição geográfica observada na reeleição do candidato. Novamente, a comparação dos mapas entre si pode fazer com que algumas distribuições sejam mais concentradas que outras. No entanto, sendo o objetivo identificar padrões a partir dos estudos de casos selecionados, tem-se que a concentração geográfica da diferença positiva de votação consiste em uma característica da reeleição do partido político.

Embora esse apontamento não possa ser generalizado para todas as situações em que o partido tenta se manter no poder, os dados encontrados vão de encontro à literatura, que evidencia a fragilidade dos partidos políticos na arena eleitoral em comparação à figura do candidato. Enquanto o voto personalista exalta a força política do candidato, maximizando o seu apoio eleitoral e consequentemente suas bases eleitorais, a permanência do voto no partido ocorre em regiões específicas, concentradas

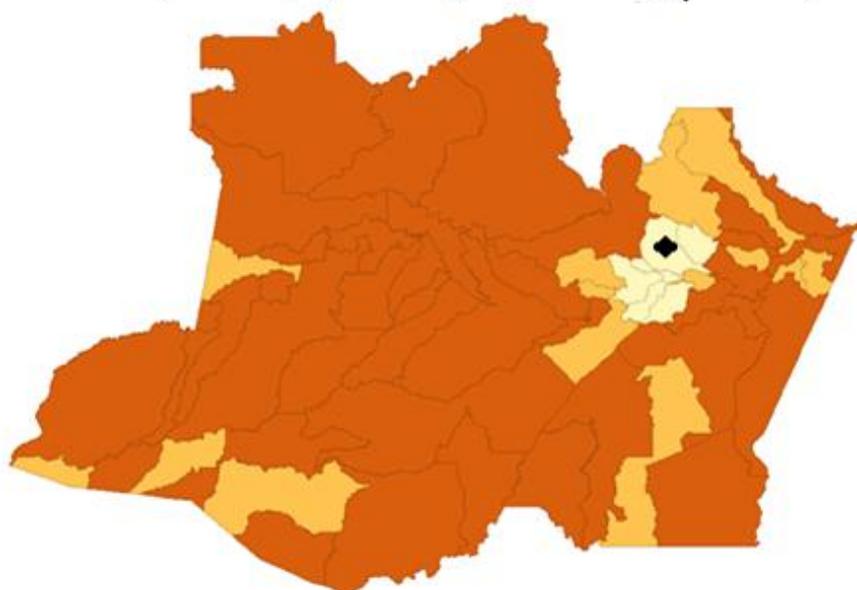
nos estados, demonstrando que a ideologia ou a avaliação retrospectiva do governo como direcionamento do comportamento eleitoral do cidadão são fatores, na maioria das vezes, secundários na escolha do voto.

5.3. Diferença da votação considerando a reeleição do partido a partir da sua inserção em uma coligação partidária

▪ Amazonas (1998-2002)

No Amazonas (mapa 13) se observa que a diferença da votação entre as eleições de 1998 e 2002 foi positiva em grande parte do estado, ou seja, dispersa, na situação em que o partido vitorioso em 1998 se manteve próximo ao poder por sua inserção em uma coligação. Entretanto, não se pode falar na existência de bases eleitorais, uma vez que as regiões com manutenção ou crescimento da votação estão espalhadas de modo uniforme pelo estado. No entanto, a manutenção das bases eleitorais não pode ser atribuída ao partido especificamente, uma vez que, como dito anteriormente, pouca informação é passada ao eleitor sobre os partidos que compõem uma coligação partidária. Curiosamente, em Manaus e nos municípios ao seu redor houve diminuição da votação entre as eleições.

Mapa 13: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - AM (1998-2002)



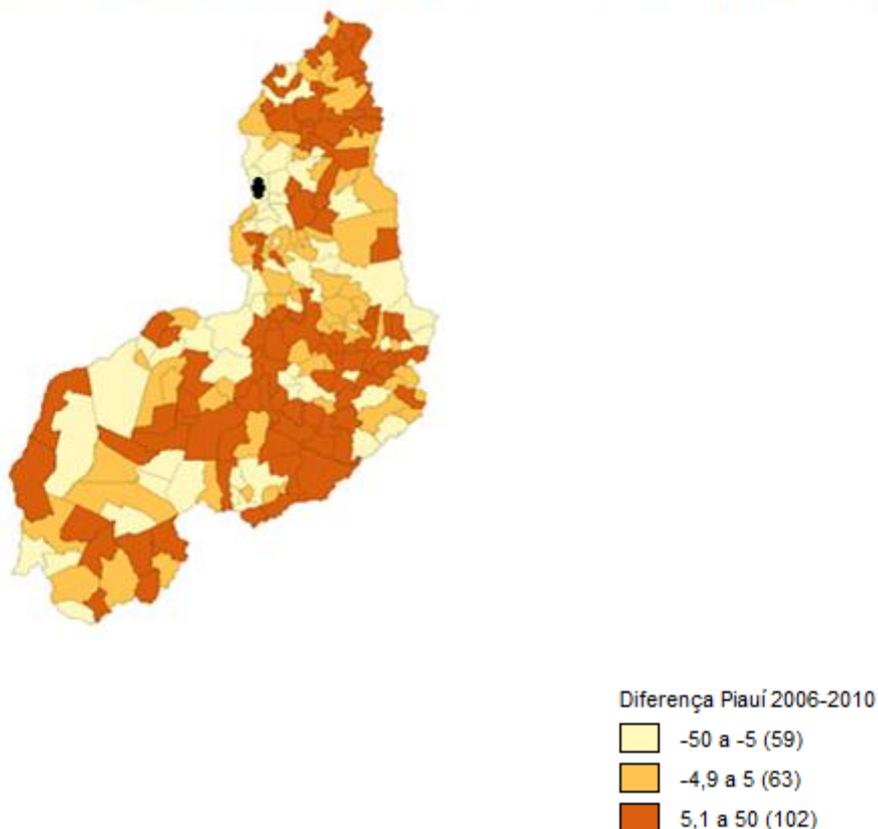
Diferença Amazonas 1998-2002



- **Piauí (2006-2010)**

Entre 2006 e 2010 no Piauí (Mapa 14) se observa que o partido eleito em 2006, mesmo não encabeçando uma eleição, consegue se manter no poder por meio da sua participação na coligação vencedora na eleição seguinte. A comparação entre a votação recebida pelo partido vencedor em 2006 e pela coligação vencedora em 2010, revela que em boa parte dos municípios manteve-se a votação obtida pelo partido, de modo que a diferença positiva é dispersa pelo estado.

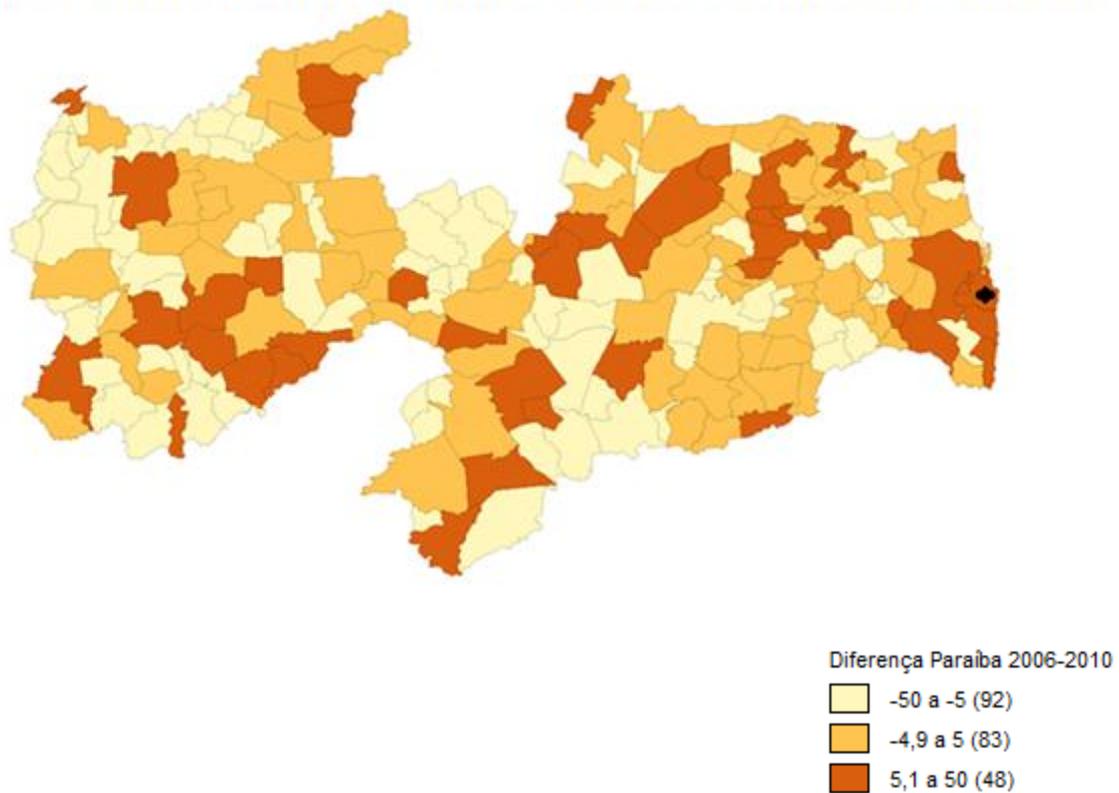
Mapa 14: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - PI (2006-2010)



- **Paraíba (2006-2010)**

Na Paraíba (Mapa 15) observa-se que a diferença da votação no partido (em 2006) e na coligação à qual ele pertencia (em 2010) foi positiva ou manteve-se estável de forma dispersa no estado, em que as três categorias de votação distribuíram-se de forma uniforme. Embora na maioria dos municípios a diferença tenha sido negativa, o número de municípios que permaneceram estáveis foi significativo.

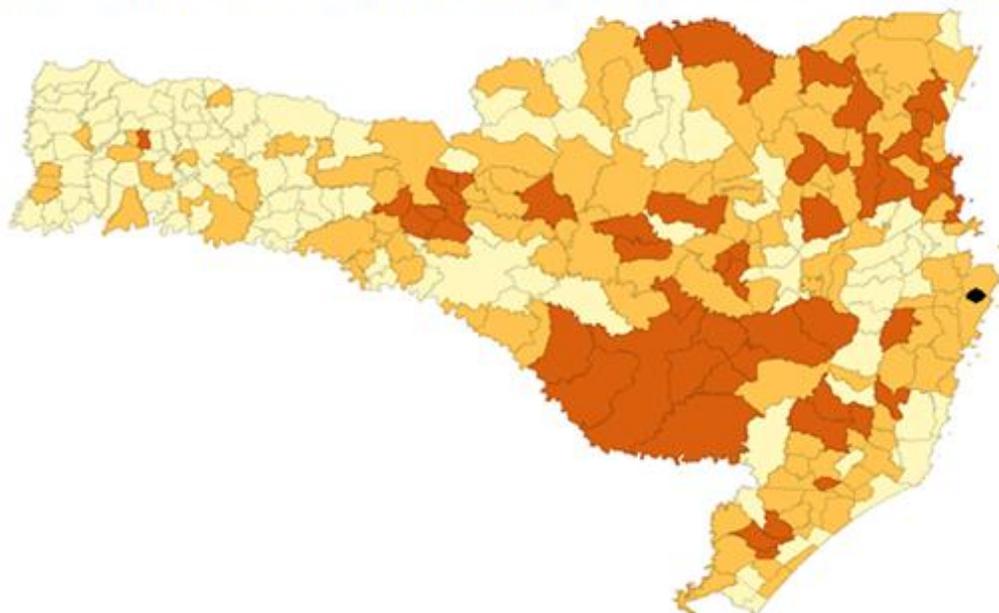
Mapa 15: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - PB (2006-2010)

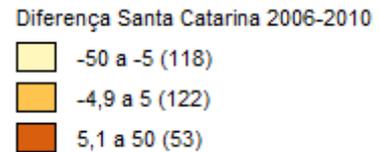


- **Santa Catarina (2006-2010)**

Em Santa Catarina (Mapa 16) se nota que entre 2006 e 2010 a diferença da votação foi concentrada nos municípios da região central do estado e nos litorâneos.

Mapa 16: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - SC (2006-2010)

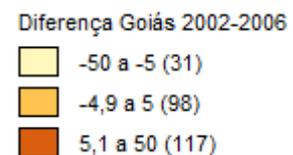
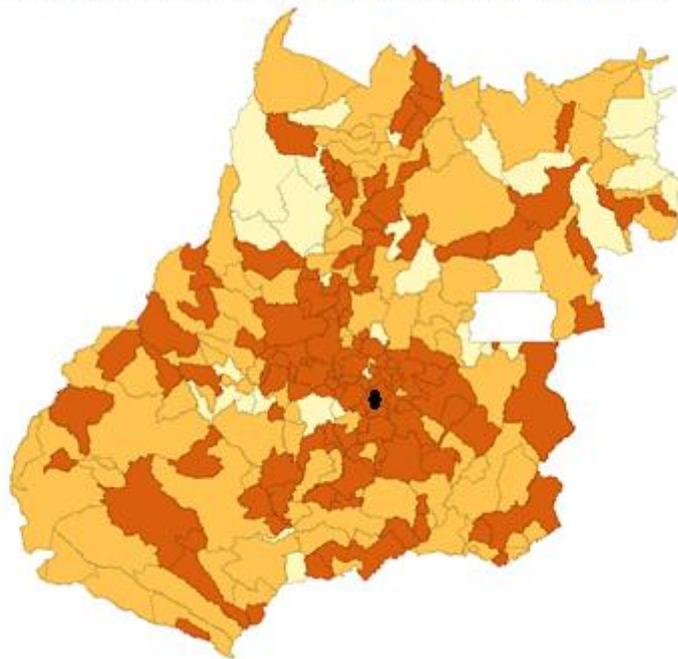




- **Goiás (2002-2006)**

Em Goiás (Mapa 17) no par de eleições 2002-2006, o partido vitorioso em 2002 se manteve no poder ao se coligar com outros partidos. Grande parte dos municípios manteve a votação na coligação onde o partido do último governo estava. Nesse sentido, a diferença da votação foi dispersa pelo estado.

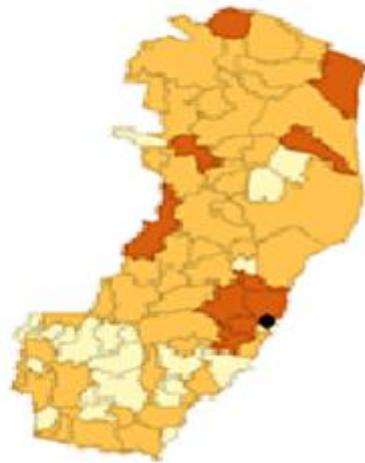
Mapa 17: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - GO (2002-2006)



- **Espírito Santo (2006-2010)**

No Espírito Santo (Mapa 18), nota-se que a diferença da votação entre as eleições de 2006 e 2010 foi dispersa pelo estado, de modo que a diferença positiva pode ser observada principalmente nos municípios localizados ao norte e no centro do estado.

Mapa 18: Diferença de votação para o cargo de governador, por município - ES (2006-2010)



Diferença Espírito Santo 2006-2010

-50 a -5 (21)

-4,9 a 5 (47)

5,1 a 50 (10)

5.3.1 Conclusões gerais da distribuição geográfica no caso de manutenção do partido no poder mediante sua entrada em uma coligação partidária

Nos mapas referentes à permanência do partido no poder através da vitória da coligação à qual ele pertencia, nota-se que é difícil estabelecer um padrão geográfico de distribuição da diferença da votação, assim como não é possível falar em padrão quando se analisam os dados quantitativos da distribuição de municípios referentes a esse cenário de “reeleição”. Os mapas, nesse caso, são mais relevantes para se analisar a distribuição geográfica da diferença da votação de cada estado, levando em conta suas particularidades. Nesse sentido, o papel das coligações partidárias na arena eleitoral ainda merece atenção e requer estudos mais minuciosos a fim de, pelo menos, minimizar a escassez da literatura existente sobre esse tema, principalmente em um país como um Brasil, onde a composição das coalizões de governo se inicia com a negociação das coligações partidárias no período eleitoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos fatores que interferem na reeleição de determinado candidato é uma questão central no estudo sobre comportamento eleitoral. Além de aspectos particulares ao eleitor, que englobam as motivações individuais do voto e do não voto, aspectos mais gerais, como a localização geográfica das regiões onde o político recebeu maior quantidade de votos, também são significativos para o tema e juntamente com os fatores de escala micro convergem para o entendimento tanto das estratégias políticas utilizadas para se conseguir votos quanto da tomada de decisão do eleitor.

O presente trabalho foi realizado com o intuito de dar enfoque especialmente à questão geográfica da distribuição dos votos no caso em que o candidato permaneceu no poder, sendo vitorioso em eleições consecutivas. O objetivo principal foi verificar se os redutos eleitorais, também chamados de distritos informais, apresentavam alguma estabilidade no sentido de apoio eleitoral que fosse significativa para a reeleição do candidato. Para isso, foram selecionados estados brasileiros e a partir deles foram feitos estudos de caso, considerando as eleições entre 1998 e 2010, com base nas situações em que houve reeleição do governador, partido ou ainda em que ocorreu a permanência do partido no poder a partir não de sua eleição direta, mas da sua inserção em uma coligação partidária.

A comparação entre as eleições da distribuição espacial de votos recebida para o cargo de governador nos estados pode trazer evidências empíricas importantes para os estudos sobre reeleição no Brasil. A investigação da possibilidade de regularidades subjacentes à distribuição espacial de votos para os governadores eleitos pode ser um primeiro passo para a análise de quais sejam os determinantes do sucesso eleitoral em eleições consecutivas para o cargo.

Embora não possam ser feitas generalizações, os dados dos estudos de casos indicam que o sucesso de reeleição quando o partido lança o candidato que foi vitorioso na eleição anterior é significativamente positivo, o que corrobora com a literatura acerca da preponderância do voto personalista no Brasil. Já quando o partido tenta a reeleição, mas não lança a mesma candidatura, há significativo decréscimo na votação recebida pelo novo candidato na maioria dos municípios dos estados analisados, de modo que a sua vitória pode ser explicada pelo tamanho dos municípios onde a votação foi

expressiva. No caso da manutenção do partido no poder através de coligações, não é possível observar padrões de aumento ou diminuição da proporção de votos entre dois períodos eleitorais. Nesse sentido, a relevância das coligações no comportamento do eleitorado ainda é uma incógnita.

A análise cartográfica a partir dos vetores de concentração e dispersão da votação, indica que, embora não possam ser feitas generalizações, podemos falar em *estadualização* dos votos quando há a reeleição do candidato, tendo em vista que se verifica em municípios dispersos por todo o estado o crescimento da proporção de votos recebida em uma eleição em comparação com a anterior. Ao passo que na reeleição do partido há uma certa *municipalização* dos votos favoráveis, de forma que o aumento da proporção de votos ocorre em municípios concentrados em regiões específicas do estado. Novamente, não é possível descrever padrões no caso da manutenção do partido inserido na coligação que foi vitoriosa.

BIBLIOGRAFIA

ABRUCIO, Fernando Luiz. “Os barões da federação”. *Lua Nova* [online], n.33, pp. 165-183, 1994.

ALMEIDA, A.; LOPEZ, F. *Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília/Rio de Janeiro, 2012.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BEZERRA, M. O. *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará - NUAP, 1999.

BORGES, FERNANDES & FILHO. *Repensando a Política Estadual: Competição vertical, políticas sociais e mudança política nos estados brasileiros*. Relatório de projeto de pesquisa – Edital Universal do CNPq – 2007. Natal/Brasília, fevereiro, 2010.

CAIN, Bruce, FAREJOHN, John A. & FIORINA, Morris. *The Constituency Service Basis of the Personal Vote for U. S. Representatives and British Members of Parliament*. Cambridge, Harvard University Press, pp. 110-125, 1983.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D’Alva. “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n° 1, p. 131 a 168, 2004.

_____; NASCIMENTO, Fernanda Paula do. “As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006)”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 4, p. 75-104, julho-dezembro, 2010.

CARVALHO, Nelson Rojas de. *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 448 p., 2006.

CONVERSE, Philip E. "The Nature of Belief Systems in Mass Publics". In: APTER, D. E. *Ideology and Discontent*. New York: Free Press of Glencoe, p. 206-261, 1964.

COX, G. W. *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. New York: Cambridge University Press, 1998.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1992.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. "Voto e Classe: notas sobre alguns estudos recentes". *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, Nov. 2009.

FIORINA, Morris. *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven, Yale University Press, 1981.

KINZO, Maria D'Alva. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, fevereiro, 2005.

LAVAREDA, Antônio. *A Democracia nas Urnas: O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Rio Fundo, 1992.

LAZARSELD, Paul; BERELSON, Bernard & GAUDET, Hazel. "The nature of personal influence". New York: Columbia University Press, p. 150-158, 1970.

LEAL, Paulo R. Figueira & VIEIRA, Mário Braga M. Hubner. O fenômeno da Personalização Política: Evidências Comunicacionais das Campanhas de Dilma e Serra em 2010. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 4, n. 1 e 2, p. 41 a 50, jan./dez., 2009.

MACHADO, Carlos M. & MIGUEL, Luis Felipe. "Padrões de coesão e dispersão: Uma proposta de tipologia para coligações". *Teoria & Pesquisa*, vol. 20, nº 2. São Carlos, pp. 37-58, 2011.

MENDES, Marcos; ROCHA, C. Alexandre. *O que reelege um prefeito?* Consultoria Legislativa do Senado Federal: Coordenação de Estudos. Brasília, Abril, 2004.

NEVES, Adriano Craveiro. *Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para deputado federal no Piauí*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Piauí, 2010.

NICOLAU, Jairo. “O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil”. *Dados* [online], vol.49, n.4, pp. 689-720, 2006.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará - NUAP, 2010.

ROCHA, Marta Mendes; BARBOSA, Cássio Felipe. “Regras, incentivos e comportamento: as comissões parlamentares nos países do Cone Sul”. Curitiba: *Revista de Sociologia Política*, v. 16, n° suplementar, p. 93-104, agosto, 2008.

SAMUELS, David. “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; TERRON, Sonia. “Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)”. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, Nov. 2008 .

SOUZA, Celina. “Intermediação de Interesses Regionais no Brasil: O Impacto do Federalismo e da Descentralização”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998.

TERRON, Sonia. “Geografia Eleitoral em foco”. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 8-18, maio, 2012.